



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Análise da Co-Produção dos Serviços Públicos Locais na Efectividade da Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni (2015 – 2019).

Candidato: Rafael Eugénio Chibamo

Supervisor: Hinervo Chico Marqueza, PhD

Maputo, Novembro de 2021

Rafael Eugénio Chibamo

Análise da Co-Produção dos Serviços Públicos Locais na Efectividade de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos: *O Caso do Distrito Municipal KaMaxakeni (2015 – 2019)*.

Trabalho de fim do curso a ser apresentado ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública.

Maputo, Novembro de 2021

Análise da Co-Produção dos Serviços Públicos Locais na efectividade de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos: *O Caso do Distrito Municipal KaMaxakeni (2015 – 2019)*.

Trabalho de fim do curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O Candidato

(Rafael Eugénio Chibamo)

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Maputo, Novembro de 2021

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro, por minha honra, que este trabalho de fim do curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas, as fontes que utilizei para sua elaboração.

O Candidato

(Rafael Eugénio Chibamo)

DEDICATÓRIA

*Ao meu filho e a minha esposa, que são a minha maior
motivação.*

AGRADECIMENTOS

Um momento ímpar de agradecimento vai ao meu orientador, o Prof. Doutor Hinervo Chico Marqueza, que na elaboração da presente monografia depositou sua confiança em mim, bem como pela paciência na missão de supervisionar.

Reconhecer, a dádiva de Deus para mim. Dela vem a vida, a saúde e o conhecimento capazes de tornar possível os meus sonhos, um dos quais a materialização desta monografia.

Os meus agradecimentos vão, igualmente, aos funcionários do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, especialmente ao senhor Victorino Augusto Xerinda da DMASCM; ao Engenheiro Ricardo da ADMKM; à Directora Técnica da Enviroserv, pela aceitação e disponibilidade no fornecimento de dados que auxiliaram na elaboração da presente monografia.

Durante os meus anos de estudante, estimei bastante os Doutores Tómas Heródoto Fuel, Adelino Pimpão, Egídio Guambe, Sónia Chone, Sécia Lumbela, Renato Pereira, João Mangachaia, Nobre Canhanga, Feliciano Simão, Jaime Guiliche, Salvador Watata e aos demais docentes que tiveram a atenção de dar seu contributo na minha formação académica.

Desejo igualmente agradecer aos meus célebres pais e padrinhos, à Amélia Jamusse, ao Professor Doutor Vareli Koleshov e à Professora Doutora Tatiana Koleshov, pelo seu apoio moral e monetário durante a minha formação. Estendo os meus agradecimentos à minha esposa, Deolinda Justino Chau, às minhas irmãs, Flora e Isabel, bem como aos meus padrinhos, José e Luísa Dumbo.

Pelo encorajamento, sugestões e por todo suporte prestados pelos doutores Alide Amade e Nhampalela, vão os meus agradecimentos. Aos meus colegas de licenciatura em Administração Pública, o meu profundo agradecimento pela ajuda mútua nas diferentes pesquisas realizadas por nós, destacando já os doutores Zuhair Taurete, Jéssica Tamele, Cristina Brito, Nélia Novela, Toneras Benhane, e Mário Nakalengo. A todos que directa ou indirectamente ajudaram o meu percurso, vai o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

Quando o profissional pede, portanto, que a teoria faça sentido, que ela trate assuntos de importância real para os seres humanos, o pedido simplesmente não pode ser atendido pelos seguidores de um modelo em que os indivíduos respondem à forças sociais da mesma forma que uma bola de brilhar reage à outra.

(Robert B. Denhardt, 2012)

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADMKM	Administração do Distrito Municipal KaMaxaqueni
ADMD	Associação de Desenvolvimento e Saneamento de Maxakeni “D”
ADASBU	Associação de Desenvolvimento de Águas e Saneamento do Bairro Urbanização
AP	Administração Pública
CMCM	Conselho Municipal da Cidade de Maputo
CSPL	Co-produção de Serviços Públicos Locais
DAMBO	Associação Comunitária Dambo da Mafala
DMASCM	Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade da Cidade de Maputo
DMKM	Direcção Municipal KaMaxakeni
DMKM	Distrito Municipal KaMaxakeni
GRSU	Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
KUTENGA	Associação para o Desenvolvimento Comunitário
LDA	Empresa Limitada
NSP	Novo Serviço Público
PROMAPUTO	Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo
RPRSU	Recolha Primária de Resíduos Sólidos Urbanos
RSRSU	Recolha Secundária de Resíduos Sólidos Urbanos
SRTRSU	Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos
UGSM	Uaiene Gama Serviços de Maputo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Divisão Administrativa do Distrito Municipal KaMaxakeni.....	33
Tabela 2: Distribuição da População por Bairro no Distrito Municipal KaMaxakeni.....	34
Tabela 3: Actores envolvidos na recolha e transporte dos resíduos sólidos.....	37
Esquema 1: Processo de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no DMKM.....	43
Gráfico 1: Género dos inquiridos.....	35
Gráfico 2: Anos de trabalho na recolha e transporte dos resíduos sólidos.....	35
Gráfico 3: Nível de escolaridade.....	35
Gráfico 4: Avaliação dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni na óptica dos actores envolvidos.....	36
Gráfico 5: Destino dos resíduos sólidos produzidos diariamente.....	36
Gráfico 6: Motivação dos actores estaduais.....	39
Gráfico 7: Motivação dos actores leigos.....	39
Gráfico 8: Quantidade de lixo por quilograma recolhido e transportado no período 2015 a 2019 para a lixeira de Hulene.....	43
Gráfico 9: Consideração dos actores estaduais para com os actores leigos.....	45

RESUMO

A presente pesquisa analisa a co-produção dos serviços públicos locais na efectividade da recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni no período compreendido entre 2015 e 2019. A metodologia proposta situa-se no plano da pesquisa qualitativa e quantitativa, através de métodos hipotético-dedutivo e estudo de caso. A recolha de dados baseou-se nas técnicas de entrevistas semi-estruturadas; inquérito por questionário, pesquisa bibliográfica e documental. Em termos de orientação teórica, a pesquisa foi fundamentada nos pressupostos da teoria do novo serviço público, cujos percursores são Robert B. Denhard e Janet Vinzant Denhard (2000). Com base no método de análise de conteúdo, a presente pesquisa por um lado, concluiu que tanto a Administração do Distrito Municipal KaMaxaquereni como os agregados familiares evoluem-se na co-produção dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos, movidos na criação de uma cidade limpa, enquanto satisfazem necessidades específicas. Por outro lado, enquanto as duas fases que compreendem o processo são matizadas pelos actores estatais e leigos, a Administração do Distrito Municipal KaMaxakeni tem atenção nas relações entre actores estatais baseado em arranjos contratuais. Por fim, a experiência da co-produção dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni demonstra ser uma oportunidade não muito bem explorada, apesar de se estar a realizar-se a limpeza do distrito. Com base nos resultados da presente pesquisa sugere-se que a Administração do Distrito Municipal KaMaxakeni deve-se ocupar na mobilização da acção humana, para que cada agregado familiar ensaie comportamentos cívicos, isto é, a mudança de foco na prestação dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos.

Palavras-chave: *Co-produção, Serviços públicos; resíduos sólidos; Distrito Municipal KaMaxakeni.*

ABSTRACT

This research focuses on the analysis of the co-production of local public services in the effectiveness of solid waste collection and transport in the KaMaxakeni Municipal District in the period from 2015 to 2019. The main objective was to analyze the co-production of solid waste collection and transport services. The proposed methodology is situated in the qualitative and quantitative research plan and through hypothetical-deductive methods and case study. Data collection was based on semi-structured interview techniques; questionnaire survey, bibliographical and documentary research. In terms of theoretical orientation, the research was based on the assumptions of the theory of new public service with precursors Robert B. Denhard and Janet Vinzant Denhard (2000). Based on the content analysis method, the research concluded both KaMaxaqueni Municipal District Administration and the households both engage in the co-production of the collection and transport services of the solid waste moved in creating a clean city while satisfying specific needs. On the other hand, the two phases that comprise the process are colored by state actors and lay people, however the attention of the KaMaxakeni Municipal District Administration is redoubled in the relations between state actors based on contractual arrangements. Finally, about the experience of co-production of solid waste collection and transport services in the KaMaxakeni Municipal District, this is an opportunity not very well explored, despite the cleaning of the district. Among other suggestions.

Keywords: *Co-production, Public services; solid waste; KaMaxakeni Municipal District.*

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
GRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	v
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	3
1.1. Contextualização	5
1.2. Problematização	7
1.2.1. Hipótese	9
1.3. Objectivos do trabalho	9
1.3.1. Objectivo geral.....	9
1.3.2. Objectivos específicos	9
1.4. Justificativa.....	9
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1. Co-produção de Serviço Público.....	11
2.2. Tipologia da Coprodução	14
2.3. Formas de Ocorrência da Co-produção dos Serviços Públicos.....	16
2.4. Factores que Influenciam a Co-produção.....	18
2.5. Referencial Teórico	20
2.5.1. Aplicação da Teoria para o Estudo.....	20
2.6. Conceptualização	21
2.6.1. Co-produção	21
2.6.2. Serviços Públicos.....	22
2.6.3. Efectividade	22
2.6.4. Resíduos Sólidos.....	23
2.7. Operacionalização das Variáveis	24
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	26
3.1. Tipo de Estudo	26
3.2. Método de Abordagem.....	27

3.3. Método de Procedimento	27
3.4. Técnicas de recolha de dados	28
3.4.1. Pesquisa Bibliográfica	28
3.4.2. Pesquisa Documental.....	28
3.4.3. Entrevistas Semi-estruturadas.....	28
3.4.4. Questionário.....	29
3.4.5. População e Amostra	29
3.5. Método de Análise dos Dados.....	31
3.6. Limitações da Pesquisa	31
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	33
4.1. Descrição do Distrito Municipal KaMaxakeni.....	33
4.1.1. Características Sociodemográficas dos Sujeitos da Pesquisa.....	34
4.2. Avaliação dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no DMKM na Óptica dos Actores Envolvidos	35
4.3. Actores Envolvidos e Motivações na Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni	37
4.4. Processo e Formas de Co-produção nos Serviços de Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni	41
4.5. A Experiência dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni.....	45
CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	49
5.1. Considerações Finais.....	49
5.2. Sugestões.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICES.....	57
ANEXOS	63

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

A gestão dos resíduos sólidos urbanos é uma componente estruturante no processo de municipalização em Moçambique. Tal processo, dá respaldo a descentralização política e administrativa na qual se criam as autarquias locais.

Assim, a remoção e deposição dos resíduos sólidos urbanos constitui-se preponderante dentro do tema “gestão dos resíduos sólidos urbanos”, de tal forma que, o sistema orgânico do Município de Maputo estrutura uma direcção de salubridade e ambiente, onde os serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos são planificados, executados e avaliados.

Trata-se de um tipo específico de serviço público, prestado de maneira directa e indirecta por indivíduos, organizações privadas e públicas, de modo a torná-los efectivos. Daí que, a pesquisa integra a variável da qual este serviço transforma realidades do lixo nos distritos municipais, em geral, e em específico o Distrito Municipal KaMaxakeni.

Até o ano 2007, a responsabilidade de gestão dos resíduos sólidos urbanos (GRSU) era inteira e exclusivamente do Município de Maputo, pelo que este fazia a recolha e transporte dos resíduos sólidos sem a intervenção dos actores privados ou munícipes. Neste âmbito, diferentes estudos feitos pelo Município da Cidade de Maputo e parceiros indicaram que é imperioso o envolvimento da sociedade e do sector privado na GRSU para melhoria da qualidade deste serviço ao nível da Cidade de Maputo.

Daí em diante, o Município colocou ao alcance geral o futuro deste serviço, na legitimação do Plano Director de Gestão dos Resíduos Sólidos na Cidade de Maputo, em 2008, enquadrado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (PROMAPUTO), tendo identificado as principais áreas de actuação para se corrigirem as deficiências institucionais na organização da limpeza da cidade; os escassos recursos financeiros para a GRSU; e as fraquezas operacionais dos serviços de GRSU.

Contudo, a efectiva recolha e transporte dos resíduos sólidos tem expressão e abrangência ao garantir que o lixo produzido nas residências passe para o operador, seguida pelo processo secundário, e, por fim, a sua deposição no aterro sanitário. Estes pressupostos do processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos são o cerne deste trabalho e têm como foco o lixo que é produzido a nível das famílias.

Centramos a nossa análise no envolvimento de diferentes actores na fase de prestação ou entrega dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos. Usando a experiência empírica do Distrito Municipal KaMaxakeni (DMKM), discutem-se as motivações dos actores envolvidos; a maneira como os serviços são prestados e o papel dos actores nos processos de produção e entrega de tais serviços, dentro do modelo do Novo Serviço Público.

Assim, para analisar a Co-produção dos Serviços Públicos Locais na Efectividade da Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos, a monografia está estruturada em cinco capítulos, a saber:

Capítulo I. Introdução: encontra-se a formulação do problema da pesquisa a partir do qual desenvolvemos o estudo, a contextualização do tema, a justificativa do tema, a pergunta de partida, as hipóteses e os respectivos objectivos, geral e os específicos.

Capítulo II. Revisão da Literatura: apresenta-se a revisão da literatura, no qual iremos expor o resultado das várias literaturas analisadas sobre a *Co-produção dos Serviços Públicos*, de modo a compreender e, posteriormente, explicar os resultados obtidos no nosso estudo.

Capítulo III. Metodologia: aqui explicamos com pormenor a metodologia do trabalho. Especificamente, descrevem-se os métodos de recolha de dados, os instrumentos de recolhas de dados utilizados assim como a população e amostra.

Capítulo IV. Apresentação, Análise e Interpretação dos Dados: neste capítulo, fazemos a apresentação e análise dos resultados obtidos através do caso de estudo e são discutidos os resultados.

Capítulo V. Considerações Finais e Sugestões: apresentamos as considerações finais e sugestões que este estudo nos permitiu tirar, estando inserido, aqui, o produto final de todo o trabalho desenvolvido.

1.1. Contextualização

Na década de 70, a economia mundial enfrentou um grande período recessivo onde o Estado foi o principal afectado, entrando numa grave crise fiscal – por conseguinte à crítica ao modelo burocrático de administração do Estado. Concomitantemente, propunham-se as mais diversas técnicas gerenciais como solução para os problemas do sector público, em contraposição com as soluções de cunho mais weberiano.

Como aponta Abrúcio (2003), na visão neozelandesa, os servidores públicos estavam preocupados em maximizar os seus próprios interesses que os da sociedade, e o sector público tinha a tendência de ser um monopólio, por isso, ineficiente. Para fazer face a estas situações, era preciso fazer os burocratas gerirem. Neste contexto, verifica-se a primeira grande onda das reformas dos serviços públicos, destinada a melhorar a eficiência das organizações públicas, dando aos administradores uma maior autonomia.

Um ponto a destacar: dois modelos organizacionais dominam o quadro global de reformas da Administração Pública na década 80, dos quais se destacam, segundo Secchi (2009), a Administração Pública Gerencial e o Governo Empreendedor, frequentemente chamados de *gerencialismo*, e partilham os mesmos valores. Porém, este último alberga consigo a segunda onda das reformas na prestação dos serviços públicos, que implicou a comercialização dos serviços públicos da privatização e da contratação sob o pressuposto de que a concorrência provocaria maior eficiência e maior atenção às necessidades dos utilizadores (Sicília *et al*; 2016).

Mais recentemente, o envolvimento dos utilizadores do serviço e dos membros da comunidade na produção dos serviços públicos tornou-se uma questão central. Este novo modelo de prestação de serviços públicos, segundo Pestoff *et al.* (2012) citado por Sicília *et al.* (2016), é chamado de *co-produção* e caracteriza-se pelo envolvimento da população na prestação de serviços públicos.

No contexto moçambicano, as indicações do envolvimento dos cidadãos nos serviços públicos estão enraizadas nos movimentos comunitários para resolver seus próprios problemas. De acordo com Mucavele (2016), a gestão de resíduos sólidos urbanos é um fenómeno bastante recente, considerando as questões políticas e económicas do país, por isso que os desafios são enormes.

Em primeiro lugar, o caso particular da gestão dos resíduos sólidos urbanos é entendido como um problema global ocasionado pelas mudanças nos padrões de consumo (Mucavele, 2016); e, em segundo lugar, pelo processo de municipalização iniciado na década de 1990, que trouxe responsabilidades de prestação de serviços municipais. No caso de remoção dos resíduos sólidos urbanos a Cidade de Maputo, enquanto já município, não privilegiou a gestão dos resíduos sólidos, como consequência, por muito tempo os esforços de GRSU falharam, conforme aponta a Resolução n.º 85/AM/2008 de 22 de Maio (CMM, 2008).

Assim, a questão relativa aos resíduos sólidos vem ganhando espaço e despertando interesse, tornando-se, assim, numa área de intensos e fervorosos debates, exigindo das administrações públicas melhorias e eficiência na prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na busca de soluções integradas (Tavares e Tavares, 2014).

Como intervenção para a problemática de limpeza da cidade, o município desenhou e implementou o Plano Director de GRSU na Cidade de Maputo, que compreendeu um período de 10 anos (2007 – 2017), enquadrado no PROMAPUTO I e II.

Em função deste contexto, a presente pesquisa captura o período em que o PROMAPUTO termina, na tentativa de perceber se o envolvimento de diferentes actores, como modelo de gestão dos serviços municipais, mudou a realidade, no que tange à remoção do lixo no Distrito Municipal KaMaxakeni (DMKM), tendo em conta a proximidade entre o Estado e os administrados, através de surgimento de estruturas locais com autonomia suficiente para gerir interesses e necessidades das comunidades locais.

As autarquias locais são criadas a partir da Lei 2/97 de 18 de Fevereiro, quadro jurídico-legal para a implantação das autarquias locais. Com base no Artigo 6 desta Lei, as autarquias locais respeitam os interesses próprios comuns e específicos das populações respectivas, como meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida.

A este comando institucional, destacam-se o artigo 25 da Lei 11/97, de 31 de Maio, no qual as autarquias garantem sistemas de recolha e tratamento de lixos e limpeza pública, bem como o Decreto n.º 13/2006, de 15 de Junho, que define o quadro legal em que se deverá processar a gestão de resíduos no território nacional, resultantes das actividades humanas.

1.2.Problematização

O desenvolvimento tecnológico ampliou a produtividade e a densidade urbana, e conseqüentemente, houve uma profunda transição no consumo e posterior descarte dos produtos a nível local e planetário. Aliado a este fenómeno, está o processo de urbanização e aumento da capacidade aquisitiva dos municípios, resultantes do desenvolvimento económico, promovido pelos esforços da descentralização e da redução da pobreza — a população cresce continuamente e, associado a isso, o padrão e o estilo de vida dos cidadãos melhoram acentuadamente.

Estes factores proporcionam imensos desafios na gestão dos resíduos sólidos. Um estudo realizado por Segala, Opressa e Palalane (2008), confirmou que os problemas da gestão de resíduos sólidos são semelhantes em quase todos os municípios do país. O estudo constatou que os resíduos sólidos são expostos ao longo das vias de acesso, no interior dos bairros e mercados, assim como nos sítios de deposição final à céu aberto, agravando as condições ambientais urbanas.

Segundo Langa (2014), o lixo na Cidade de Maputo, como em muitas cidades Africanas, não é só um problema ambiental, mas, muitas vezes, um problema social, pois:

[...] o lixo restante é recolhido, vendido, ingerido como alimento, por pessoas normalmente sem trabalho, sem-abrigo, sem segurança, a que chamamos catadores, que para poderem sobreviver, perigam a sua saúde, fazendo do lixo fonte das suas vidas (Mertanen, Langa e Ferrari, 2013, p. 11) *apud* Langa (2014).

Mucavele (2016), no seu estudo, constatou haver carência de recursos materiais, técnicos, humanos e financeiros (falta de infra-estruturas); falta de um plano estratégico nacional para a gestão de resíduos sólidos. Apenas três municípios dispõem de um Plano Diretor de um total de 130 municípios; todos fazem o depósito de resíduos em lixeiras de céu aberto; e faltam instrumentos legais que visam a responsabilização dos produtores primários dos resíduos sólidos urbanos.

Em virtude desses apanágios, pode-se afirmar que a produção de resíduos sólidos é muito alta, de tal forma que o sistema de gestão de resíduos sólidos dos municípios para a recolha do “lixo” nos bairros não tem conseguido responder satisfatoriamente à demanda.

Entretanto, o serviço de gestão de resíduos sólidos é um serviço descentralizado no âmbito das reformas de governação local, concedendo o poder de gestão dos resíduos sólidos aos

municípios. Os municípios elaboram um plano director, que consiste num instrumento de planificação estratégica a longo prazo, para orientar o processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos.

O Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) em busca de soluções junto dos parceiros internacionais, como Agresu e Banco Mundial, desenhou o Plano Director inserido no PROMAPUTO, em que a sua implementação, no ano de 2007, reconheceu e exigiu, em primeiro lugar, a desintegração de algumas responsabilidades de serviços (como, por exemplo, da varredura) do nível central para nível distrital; em segundo lugar, envolver diferentes actores (empresas, associações, entidades interessadas e cidadãos) na recolha e transporte dos resíduos sólidos; e, em terceiro lugar, a estruturação da cidade em duas zonas, primeiro, sob o ponto de vista de infra-estruturas, em “cimento e as zonas suburbanas”, e, mais tarde, obedeceu à divisão administrativa em distritos a bairros municipais.

Assim, envolveram-se, por um lado, microempresas de recolha primária, como Uaiene Gama Serviços de Maputo (UGSM) e Associação de Desenvolvimento de Águas, Saneamento do Bairro da Urbanização, e, por outro lado, empresas para a recolha secundária, como o caso da Neo Química e EnviroServ, provedores de gestão de resíduos sólidos (empresa singular para prestar às empresas privadas ou pessoa física) e o município legal (devendo requerer para tal) ou todo município enquanto beneficiário¹.

Vale dizer, parcerias como estas não sanaram as insatisfações dos beneficiários. Até anos 2014 e 2015 os meios de comunicação social relatavam queixas sobre a ineficácia e ineficiência do serviço municipal de recolha e transporte do lixo², sendo o DMKM considerado o bairro mais problemático para a recolha do lixo, sobretudo na óptica da estrutura habitacional.

É dentro desta exposição que é edificado o problema do presente estudo, no sentido de perceber em que medida a co-produção dos serviços públicos locais tem contribuído para a efectividade na recolha e transporte de resíduos sólidos, no Distrito Municipal KaMaxakeni.

Nisso, a nossa questão de partida é: *em que medida a co-produção dos serviços públicos locais tem contribuído para a efectividade da recolha e transporte de resíduos sólidos no distrito municipal KaMaxakeni?*

¹ Entrevista com Victorino Augusto Xerinda, Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade. Data 25/08/2021.

² <https://www.dw.com/pt-002/lixo-em-maputo-%C3%A9-culpa-de-todos-diz-munic%C3%ADpio/a-18225046>. Acesso aos 6/03/2021.

1.2.1. Hipótese

H1: A co-produção dos serviços públicos locais contribuiu para a efectividade da recolha e transporte de resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni, ao mesmo tempo que os actores envolvidos buscam o bem comum na recolha e transporte dos resíduos sólidos.

H0: A co-produção dos serviços públicos locais prejudicou a efectividade da recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni, visto que todos os esforços colectivos e processos colaborativos foram apenas medidos para corte de custos.

1.3. Objectivos do trabalho

1.3.1. Objectivo geral

- Analisar a co-produção dos serviços públicos locais na efetividade da recolha e transporte de resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni 2015-2019.

1.3.2. Objectivos específicos

- Explicar as dinâmicas da co-produção dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos no DMKM;
- Identificar as motivações dos actores envolvidos, que moldam a recolha e transporte de resíduos sólidos no DMKM;
- Descrever o processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM;
- Indicar a forma de co-produção utilizada na recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM;
- Captar as experiências dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos no DMKM.

1.4. Justificativa

A pesquisa justifica-se, por um lado, pelo facto da co-produção dos serviços públicos locais exercer, de certa forma, uma influência na efectividade da recolha e transporte de resíduos, visando assegurar a materialização de um dos objectivos do Município da Cidade de Maputo, orientado para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Por outro lado, esta pesquisa tem o propósito de demonstrar a relevância que a co-produção dos serviços públicos

locais tem no desempenho do município para a transformação da realidade pública, no que concerne à gestão dos resíduos no Distrito Municipal KaMaxakeni.

O trabalho tem relevância do ponto de vista académico, institucional e individual:

Relevância académica: em Moçambique, foram realizadas algumas pesquisas viradas, sobretudo, para a gestão integrada de resíduos sólidos, bem como para a participação dos munícipes na gestão dos resíduos sólidos. Contudo, o tema “co-produção”, especificamente, ainda é pouco explorado. É aí que surge a pertinência do desenvolvimento desta pesquisa, cujo ponto de vista académico vai acrescer o acervo bibliográfico existente sobre o tema a nível nacional, trazendo uma abordagem virada para à realidade moçambicana, no que diz respeito à co-produção dos serviços públicos locais na Administração Pública moçambicana - espaço onde estes temas têm sido largamente abordados por pesquisadores.

Relevância institucional: este trabalho é relevante para o Município da Cidade de Maputo, em particular, para o DMKM, pelo facto de não ter sido realizado nenhum estudo académico direccionado para a co-produção dos serviços públicos locais na vertente do Novo Serviço Público. A realização deste estudo irá ajudar o Município de Maputo a ter informação do quanto a sua gestão tem impacto tanto nas famílias residentes assim como na qualidade dos serviços prestados neste município.

Relevância pessoal/individual: do ponto de vista individual, a motivação da escolha do tema surgiu durante o momento lectivo das disciplinas curriculares do curso. Como forma de aprofundar as reflexões do tema, a expectativa do autor, modéstia à parte, é que esta pesquisa seja um contributo para a boa prestação dos serviços na Administração Pública moçambicana, particularmente no município de Maputo.

As motivações da escolha do DMKM justifica-se pelo facto de ser uma das áreas da urbe onde prevalecem os desafios da gestão do lixo, que, por conseguinte, esta pesquisa procura identificar os principais entraves e propor sugestões para solucionar ou minimizar esse problema.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, apresentam-se as ideias de diferentes autores que se debruçam sobre o tema co-produção, consignados em diversas abordagens. Primeiramente, apresenta-se a evolução do conceito; ou seja, como a co-produção surgiu nos serviços públicos e como é conceituada actualmente; seguindo-se da descrição das suas tipologias, as formas pelas quais ocorrem, os factores que a influenciam, e diferentes experiências.

2.1. Co-produção de Serviço Público

Para ajudar a explicar o papel dos cidadãos nos serviços públicos, Elinor Ostrom e os seus colegas da Universidade de Indiana nos Estados Unidos da América cunharam o termo *co-produção* no léxico da Administração Pública (AP), no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 (Nabatchi, Sancino e Secilia 2017 p.5). Após a proposição inicial, o interesse prático e académico a respeito do tema aumentou significativamente. Apareceu em pesquisas sobre Políticas Públicas e Administração Pública (Secilia, *et al.* 2016, p:12). Nestas áreas, foram desenvolvidos estudos de concepção inovadora em contraste com a teoria económica no processo de prestação de serviços. A título de exemplo, Kiser e Percy (1980) entendem que, na produção dos serviços públicos, ao contrário da teoria económica, os consumidores nem sempre são facilmente distintos dos produtores, particularmente no consumo e na produção (Kiser e Percy, 1980).

Concomitantemente, a introdução das reformas da AP, sob a bandeira da Nova Gestão Pública, entendidas necessárias para o imperativo da crise do Estado, do bem-estar social, e o seu modelo de administração burocrática (Pereira e Spink 2003 p. 23), levou a apelos para produzir mais com menos, redesenvolver arranjos de prestação de serviços intergovernamentais. Desta feita, a *co-produção*, como conceito académico e prática profissional, era o mecanismo que levaria ao envolvimento de actores públicos, privados, não governamentais, incluindo cidadãos, através de contribuições, que poderiam ajudar a reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados (Nabatchi, Sancino e Secilia 2017, p. 6).

A partir dos meados da década de 1990, a co-produção tornou-se uma plataforma-chave que favorece formas directas de participação nos serviços pelos grupos de autoajuda e redes de apoio social (Bovaird, 2007 p. 847). Já no início do século XXI, a prestação de serviços foi dominada pelo pragmatismo, pluralismo e adaptação a circunstâncias específicas. Nesta senda, o fenómeno intelectual relativo às organizações públicas relevou-se não residir em quaisquer

trunfos dos princípios da NPM, mas no reconhecimento e simpatia pela diversidade, experimentação e arranjos com múltiplos sectores (Joshi e Moore, 2004 p. 32).

Enquanto isso, os desafios da reforma dos serviços públicos indicavam esforços para entender quais arranjos institucionais têm vantagem comparativa para lidar com os problemas que surgem na prestação de serviços públicos. O trabalho dos autores Besley e Ghatak (2007 p. 129-133), reconhece que os serviços públicos são prestados por um nexo de relações e interesses de entre beneficiários, políticos e burocratas.

Segundo Nabatchi, Sancino e Secilia (2017, p. 6), desde as últimas duas décadas, na Administração Pública, a co-produção captura uma gama de actores, de funcionários do governo, académicos e líderes nos sectores sem fins lucrativos, por três motivos: o primeiro é o reconhecimento generalizado da natureza cada vez mais multissectorial da governação³. O segundo é a crise financeira global de 2007 e 2008, que aumentou a chamada co-produção à luz das restrições fiscais. O terceiro, e o último, é o declínio progressivo da cidadania e do senso de “*eu comum*”⁴.

Estritamente por esses motivos, nos serviços públicos, o conceito de co-produção não é apenas relevante para a fase de prestação de serviços em gestão de serviços, mas também deve se estender por toda a cadeia de valor de actividades de planificação, projecto, gestão, entrega e avaliação (Bovaird, 2007 p. 847).

Estudos recentes deste tema são desenvolvidos reconhecendo ainda mais o envolvimento de diferentes actores em todas as fases do ciclo de serviços. Osborne, Radnor e Strokosch (2016), definem co-produção como o envolvimento voluntário ou involuntário de utilizadores de serviço público em qualquer projecto, gestão, entrega e/ou avaliação de serviços públicos. Os estudos realizados por Radnor *at al.* (2014); Nabatchi, Sancino e Secilia (2017) e, Alonso, (2019), enfatizam a operacionalização do conceito com estudos empíricos estreitos em cada fase do ciclo de serviços e do nível de co-produção dos serviços públicos. Mas são Nabatchi, Sancino e Secilia (2017), no seu artigo *variedades de participação em serviços públicos*, que mascam o quem, quando e o quê da co-produção, discutindo os lados “co” e produção da co-produção.

³ Dentro dos actores académicos são destacados pensadores tais como: Bingham, Nabatchi e O’Leary 2005; Salmon 2002; Nabatch 2015; Huxham e Vangen 2015; Stoker 2006.

⁴ O termo original é *moi comum* que literalmente significa senso de pertença.

Segundo estes autores, o lado “co” da co-produção envolve dois conjuntos de actores. De um lado, estão os actores produtores regulares, entendidos como profissionais do governo, órgãos públicos, agentes públicos ou profissionais prestadores de serviços, e, do outro lado, estão os cidadãos produtores, clientes, consumidores, utilizadores de serviços, membros da comunidade, organizações comunitárias, famílias ou vizinhos, entendidos como leigos, que participam voluntariamente como indivíduos ou grupos fora de uma organização ou governo.

No que concerne ao lado “produção”, este vai além da entrega de serviços, aplicado em todo o ciclo do serviço público, bem como nas áreas que, geralmente, não são relacionadas com os serviços públicos. Neste sentido, a co-produção, é aplicada para uma ampla gama de profissionais e leigos, para descrever actividades envolvendo serviços nas áreas tradicionais e não tradicionais, bem e outros elementos dos serviços públicos e das políticas públicas (Nabatchi, Sancino e Secilia, 2017).

As aplicações e os múltiplos usos demonstram que a co-produção é um conceito provocativo com ampla utilidade para estudos e situações. Por esta razão, o conceito precisou ser refinado para adequar-se às implicações de prática como, por exemplo, a incapacidade de definir e explicar com clareza os profissionais, sob a pena de estes subestimarem o seu uso (Bovaird e Leoffler, 2012). Para os estudiosos, a falta de clareza conceptual pode dificultar o discernimento de variações em processos de co-produção, de condução de pesquisas e geração de conhecimentos sólidos e generalizáveis (Jo e Nabatchi, 2016).

Sem o prejuízo da generalidade e utilidade para uma variedade de estudiosos e situações, permitindo as possibilidades de especificações que os estudiosos precisam para melhorar a validade da pesquisa, Nabatchi, Sancino e Secilia (2017) definem co-produção como conceito abrangente que captura uma ampla variedade de actividades que podem ocorrer em qualquer fase do ciclo de serviço público, em que actuam actores estatais e leigos, para produzir benefícios.

Para efeitos desta monografia, tomamos em consideração dois actores da co-produção, actores estaduais e actores leigos, como o definidos por Nabatchi, Sancino e Secilia (2017 p. 12). Para esclarecer a dualidade (estaduais e leigos), os autores afirmam que, em primeiro lugar, os actores estaduais nem sempre são funcionários públicos. Eles também podem ser empregados por uma organização não-governamental, sem e/ou com fins lucrativos e sociedade civil, desde que actuem em prol do estado ou na sua representação — seja directa ou indirectamente. Em

segundo, as relações ou arranjos entre organizações, sejam elas privadas, públicas, e público-privadas, não as entendemos como co-produção. Porém, os seus profissionais são co-produtores quando interagem com actores leigos. Terceiro, os actores leigos têm o papel de cidadão beneficiando-se do serviço ou acção do Estado, seja através de direitos políticos ou jurídicos.

2.2. Tipologia da Co-produção

Os esforços de delineamento da co-produção estiveram, numa primeira fase, baseados no papel dos cidadãos na prestação de serviços. Brudney e England (1983 p. 63), descrevem a co-produção negativa, para indicar as actividades dos cidadãos que têm um impacto prejudicial nas condições da comunidade, e co-produção positiva aquela cujas acções melhoram a qualidade dos serviços. Neste último caso, a co-produção é fruto dos produtores regulares e consumidores que contribuem para a produção (em vez de destruição) do serviço. Sob o ponto de vista de cooperação, os mesmos autores descrevem que a co-produção pode ser activa que consiste em comportamentos deliberativos voltados para a melhoria da qualidade do serviço, e passiva, quando envolve inacção, baseada no conformismo.

Percy e Rich citados por Brudney e England (1983) apresentam a dimensão individual e a colectiva da co-produção, cuja distinção é baseada na pergunta: quem se envolve. Os autores observam que a fonte da co-produção é de crucial importância na análise deste tema, pois entendem que as acções não apenas advêm de grupos formais, mas também de grupos informais, como vizinhos, grupos comunitários informais ou ainda os média. Os cidadãos, por sua vez, respondem ao participar destes apelos. Com base no grau de sobreposição dos dois conjuntos de participantes (produtores regulares e produtores consumidores), a co-produção consiste no envolvimento do cidadão ou participação na prestação de serviços urbanos. Os resultados da co-produção devem ter impacto positivo nos padrões de prestação de serviços e no comportamento activo. Este processo pode envolver tanto indivíduos como grupos.

Três grandes categorias de co-produção podem ser identificadas, de acordo com Brudney e England (1983 p. 63), *individual, grupal e colectiva*. Esta classificação é definida do ponto de vista da natureza dos benefícios alcançados e do grau de sobreposição encontrado entre as actividades de produtores regulares e consumidores. A co-produção individual pode ser involuntária, a eficácia do serviço é definida pela interacção entre cidadãos e funcionários

públicos, onde estes últimos seguem políticas, regras e regulamentos prescritos a seu critério. Ou também em comportamentos voluntários e activos que os cidadãos realizam para o seu próprio bem, que possuem o mínimo de valor para a comunidade, e o indivíduo é o beneficiário dessas actividades.

A co-produção de grupo ou grupal envolve voluntários, participação activa de vários cidadãos e pode exigir mecanismos formais de coordenação entre os agentes de serviços e grupos de cidadãos. Os benefícios são de nível de grupo (algumas ressalvas, ver Brudney e England, 1983 p. 64). Finalmente, a co-produção colectiva consiste em, actividades de co-produção que resultam em bens colectivos cujos benefícios podem ser usufruídos pela comunidade inteira.

Para além da gestão de serviços, os autores (Bovaird e Loeffler, 2012, Sicilia et al. 2016) sugerem que a co-produção deve ser analisada em todas as fases do ciclo de serviço que são: co-planeamento, co-financiamento, co-gestão, co-entrega e co-avaliação. Com este foco, a co-produção pode ser, segundo a natureza temporal, prospectivo — as actividades na fase de co-planeamento e co-financiamento; simultâneo ou concorrente — as actividades de co-entrega; e, retrospectivo, quando envolve a fase de co-avaliação (Nabatchi, Sancino e Secilia 2017 p, 18).

Na óptica destes autores, as categorias de co-produção variam pelos seguintes critérios: quem está envolvido (o número de participantes e quem eles representam); quando ocorre (a fase de ciclo do serviço); e o que eles produzem (natureza e distribuição dos benefícios). Com estes critérios, os três níveis (individual, grupal, colectivo), e as quatro fases de ciclo do serviço (planeamento, desenho, entrega e avaliação) são mesclados em matriz 3x4 (tabela 4 em anexo), sintetizando “doze tipos de co-produção”, que são:

- Co-produção Individual na fase de Planeamento: Um médico e um paciente trabalham juntos para identificar e priorizar problemas de saúde.
- Co-produção Individual na fase de Desenho: Um médico e um paciente trabalham juntos para desenvolver uma estratégia ou plano para listar necessidades de saúde.
- Co-produção Individual na fase de Entrega: Um médico e um paciente trabalham juntos para o implemento da dieta, exercícios, ou outras actividades para conhecer saúde precisa.
- Co-produção Individual na fase de Avaliação: Um médico e um paciente avaliam a eficácia do plano e o grau da melhoria de saúde.

- Co-produção Grupal na fase de Planeamento: Funcionários da escola e professores trabalham com um grupo de pais que têm crianças com necessidades especiais para identificar desafios e oportunidades nos serviços de educação.
- Co-produção Grupal na fase de Desenho: Funcionários da escola e professores trabalham com grupo de pais que têm crianças com necessidades especiais para projecto de actividades educacionais baseadas na experiência dos parentes e melhor prática.
- Co-produção Grupal na fase de Entrega: Funcionários da escola e professores trabalham com um grupo de pais quem têm crianças com necessidades especiais para fornecer, em sala de aula, actividades educacionais e extracurriculares.
- Co'produção Grupal na fase de Avaliação: Funcionários da escola e professores trabalham com um grupo de pais que têm crianças com necessidades especiais para a avaliação do fornecimento de serviços.
- Co-produção Colectiva na fase de Planeamento: Departamentos de Parques Locais convoca cidadãos para identificar e priorizar o desejo reactivativo e oportunidades em uma comunidade.
- Co-produção Colectiva na fase de Desenho: Departamentos de Parques Locais funcionam com cidadãos para projectar uma série de rotas de bicicleta em toda a comunidade.
- Co-produção Colectiva na fase de Entrega: Departamentos de Parques Locais funcionam com cidadãos para construir e manter as rotas de bicicleta em toda a comunidade.
- Co-produção Colectiva na fase de Avaliação: Departamentos de Parques Locais funcionam com cidadãos para avaliar a segurança e qualidade de rotas de bicicletas em toda a comunidade.

2.3. Formas de Ocorrência da Co-produção dos Serviços Públicos

Em primeiro lugar, nem todas formas de co-produzir os serviços públicos são ideais. Até porque Ramos (2006) citado por Neto, Sousa e Salm (2014), afirma, primeiro, que os modelos ideais são abstrações e simplificações da realidade. Não se pode esperar que estes se realizem na íntegra. Em segundo, a co-produção dos serviços públicos está associada aos três modelos de Administração Pública, visto que ela está presente no modelo convencional da

Administração Pública, na Nova Gestão Pública, e no Novo Serviço Público (Salm e Manegasso, 2010 p. 2).

Segundo Salm e Manegasso (2010 p. 2), a co-produção pode ocorrer de duas formas: pelo ajustamento entre as organizações, e pela constituição de uma rede que produz serviços. No primeiro caso, o Estado repassa os recursos ou contrata serviços - ocorre quando as organizações ou associações de natureza caritativa ou voluntária prestam serviços para a comunidade ou seguimentos sociais que necessitam de serviços. Ou ainda, o Estado contrata serviços com organizações de mercado ou do terceiro sector. Esta forma de ajustamento entre organizações ocorre por solicitação, assistência ou por simples ajuste mútuo entre participantes da produção. Um ponto a destacar é que, estas formas de ocorrer a co-produção dos serviços públicos, são próprios do modelo da velha administração, dado que o protagonismo e a hegemonia são do Estado.

No segundo caso, na constituição de uma rede que produz serviços, associam-se organizações públicas, privadas, organizações não-governamentais, arranjos comunitários e cidadãos que interagem para a co-produção de serviços. Ressalte-se que aqui não ocorre um ajustamento com protagonismo absoluto do Estado, mas uma partilha de responsabilidades e de poder entre os participantes da rede. A co-produção, nesse sentido, torna os serviços públicos mais eficientes, principalmente, na relação entre custo benefício. O consumidor ou o cliente participa da prestação de serviços para torná-los mais efectivos e menos onerosos, sobretudo na lógica de menos custos na produção de resultados, logrando as características da Nova Gestão Pública.

No modelo do Novo Serviço Público (NSP), compreende-se que a prestação dos serviços públicos se orienta nos predicados da democracia, no interesse público e no acto de servir o cidadão. Uma vez que o governo não pode servir como único fornecedor de serviços públicos, criam-se as oportunidades para as pessoas participarem da co-produção, promove-se a democracia, a transparência e a responsabilidade.

Colocando-se neste debate, Ribeiro, Salm e Menegasso (2007) *apud* De Mattia e Zappelini (2014), referem que o ideal de co-produção representa o envolvimento do cidadão (ou grupos de cidadãos), o Estado e até mesmo actores do mercado que, numa relação de confiança, partilham responsabilidades ao produzirem juntos um bem ou serviço público. Estes autores agregam mais características à co-produção, a saber: esforços colectivos, processo colaborativo, resultados que beneficiam a todos, promoção da cidadania e aprendizado colectivo.

Além desses elementos valorativos que compõem a co-produção, para Nadir Junior, Salm e Menegasso (2007), é função da co-produção mobilizar diversas instâncias da sociedade em torno da solução de um problema de interesse público, cujo desafio ultrapassa a capacidade de acção isolada do Estado. Uma observação feita por Rocha *et al.* (2012) ajuda a esclarecer o conceito, referindo que, ao participar, o cidadão passa a acessar e a utilizar o aparato institucional, o que permite também redefinir as suas concepções do bem público e ampliar a sua capacidade de contribuir para serviços de melhor qualidade.

2.4. Factores que Influenciam a Co-produção

A prestação ou produção de um serviço ou produto depende de uma série complexa de interacções entre o utilizador do serviço, a organização e os seus gerentes, funcionários, o ambiente físico e outras organizações num espaço social mais amplo (Radnor *et al.* 2014).

De acordo com Alonso *et al.* (2019), à volta das interacções é importante compreender, toda gama de variáveis que moldam os cidadãos a contribuir para os resultados do serviço público e de nível organizacional para a promoção da co-produção. As tendências de abordagens, na trajetória da coprodução variou até no nível das motivações e/ ou factores que a influenciam.

Por sua vez, Eijk e Gasco (2018 p. 67), referem que decorrente da abordagem económica dominante sobre o conceito de coprodução (particularmente na década de 1980), era comum presumir que os cidadãos co-produziam devido aos benefícios directos que adquiriam. Uma vez que, a co-produção foi definida como a colaboração entre prestadores regulares de serviços e os membros do público que se beneficiam directamente desses serviços.⁵ O argumento era que os cidadãos estão dispostos a coproduzir porque dá oportunidade de aumentar a quantidade e/ ou qualidade dos serviços de que desfrutam (Kiser e Percy, 1980, conforme referido por Brudney e England, 1983, p. 60).

Desde o início do século XXI, com o estabelecimento dos papéis dos co-produtores (cliente, utilizador e cidadão) surge a concepção de que os co-produtores não são necessariamente os consumidores directos dos serviços, e, portanto, a maximização dos benefícios não pode ser a única motivação. Assim, as motivações podem ser incentivos materiais, recompensas

⁵ Esse argumento é partilhado por Parks *at al.* (1981); Whitaker (1980) citados por Eijk e Gasco (2018 p. 67).

intrínsecas, altruísmo ou sociabilidade (como o sentimento de solidariedade), a identificação com os objetivos públicos, normas sociais e sentimentos de confiança, fins de diversão ou conhecer novas pessoas, e estatuto⁶.

Wise *et al.* (2012), Sundeen (1988), Talsma e Molenbroek (2012), Schafft e Brown (2000), e Lachmundo (1998), citados por Voorberg, Bekkers e Tummers (2014), descrevem factores individuais que influenciam a co-produção. No nível individual, factores como valores intrínsecos (lealdade, dever cívico e o desejo de melhorar o governo positivamente), traços pessoais (educação e composição familiar), senso de propriedade e a habilidade percebida, capital social e confiança na iniciativa, estão como propriedades inter-relacionadas, que moldam o comportamento do cidadão.

Ainda nos factores individuais, vale trazer três conclusões descritas por Eijk e Gacó (2018, p. 70). A primeira: as motivações dos co-produtores revelam-se bastante matizadas, complexas e, às vezes, até inconsistente, visto que, mesmo dentro de uma iniciativa de co-produção, diferentes cidadãos ou grupos de co-produtores têm diferentes motivações. Segunda, o envolvimento dos co-produtores pode ser parcialmente explicado por factores de nível individual (a crença de que alguém pode fazer a diferença aumenta a probabilidade de os coprodutores estarem dispostos a se envolver). A terceira, sustenta que o envolvimento dos co-produtores pode ser explicado por variáveis sociodemográficas (nível de escolaridade, género e idade) pelo capital social, que pode figurar factor adicional.

Os factores de nível organizacional apresentam-se de modo meramente institucional ou organizacional, e de nível dos funcionários públicos. Teoricamente, é frequentemente assumido que eles deveriam encorajar os cidadãos a coproduzir, (Eijk e Gacó 2018, p. 71). Voorberg, Bekkers e Tummers (2014, p. 15-16), citando autores Andrews & Brewer, (2013); Bovaird & Loeffler (2012); Meijer (2012); Davis & Ruddle (2012); Gebauer *et al.* (2010); Leone *et al.* (2012); Baars (2011); Talsma & Molenbroek (2012); e Evans *et al.* (2012), mencionam quatro factores, sendo: compatibilidade de organizações públicas, no que diz respeito à co-produção; a ausência de infra-estruturas para se comunicar com os cidadãos, ou a presença de estruturas organizacionais que favorecem a participação dos cidadãos; Alonso et al (2019), a atitude dos funcionários públicos em relação à participação do cidadão à disposição dos políticos e servidores públicos em colaborar com os cidadãos; a prévia aceitação do direito

⁶ Alford, 2002, Deci (1972), Verchuere, Brandsen e Pestoff, (2012), Alford (2014), Ostrom (2009), Dunn, Chambers e Hyde (2016), e Taylor e Shanka, (2008) citados por Eijk e Gasco (2018 p:68)

do cidadão, bem como o preconceito ao comportamento imprevisível dos mesmos, avesso ao risco da cultura administrativa conservadora ou espaço institucional, aliada à tradição de considerar os cidadãos como associados, ao invés de receptores de serviços; incentivo para a co-produção e a clareza sobre até que ponto a co-produção pode ajudar a melhorar os serviços públicos através do envolvimento do cidadão.

2.5. Referencial Teórico

A presente pesquisa é sustentada pela *Teoria do Novo Serviço Público* que tem como percursores Robert B. Denhard e Janet Vinzant Denhard, ambos professores da Universidade Estadual de Arizona nos Estados Unidos, que a abordam como um modelo normativo Denhardt e Denhardt (2000), em que os cidadãos, conhecendo os problemas públicos, tendo senso de pertença, interesse pelo todo e laços morais com a comunidade, engajam-se de forma activa para o interesse público, enquanto a Administração Pública estimula mais cidadãos a cumprir as suas responsabilidades, e fazer com que o governo (local) seja sensível às vozes da comunidade (Denhardt, 2012 p. 255).

Segundo a mesma fonte, as políticas e os programas que atendem as necessidades públicas são logrados de maneira mais efectiva e responsável, mediante esforços colectivos e processos colaborativos, visto que mecanismos como a co-produção decorrem do conceito da comunidade e não do mercado. Em outras palavras, essas não são apenas medidas para corte de custos, são para a construção da comunidade (reunião de pessoas em torno de entendimento e compromissos mútuos com vista à satisfação dos seus interesses mais elementares).

2.5.1. Aplicação da Teoria para o Estudo

Partimos do princípio de que os processos de colaboração e liderança partilhada (co-produção), são bases da relação serviço-cidadão quando existe respeito (oportunidade) a todas as pessoas (cidadãos). Desta forma, para Denhardt (2012 p. 268), as pessoas são atraídas para o serviço público porque são movidas pelos valores como: servir os outros, tornar o mundo melhor e mais seguro, e fazer a democracia funcionar. Assim, o cidadão anseia não apenas pela satisfação das suas necessidades e dos seus interesses privados, mas busca também a construção de um bem comum. Com base nesses pressupostos teóricos, acreditamos que os cidadãos do Distrito Municipal KaMaxakeni (caso identificado a actuar em co-produção que

apresenta alguns elementos em comum com a Teoria do Novo Serviço Público) buscam a construção de um bem maior, participando da recolha e transporte dos resíduos sólidos.

Nessa perspectiva, a Teoria do Novo Serviço Público realiza-se no escopo da presente pesquisa, traduzindo diferentes motivações tanto dos munícipes, como do governo municipal da Cidade de Maputo, em experiências cativantes para tornar a cidade limpa. Os dados permitirão uma reflexão sobre os serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos envolvidos no caso em estudo, e sobre direccionamentos necessários para fomentar serviços efectivos.

2.6. Conceptualização

Para uma melhor compreensão do que se trata, seguem as definições de conceitos centrais do presente trabalho, nomeadamente: co-produção, serviço público, efectividade e resíduos sólidos.

2.6.1. Co-produção

Vários autores definem o conceito de co-produção. Nabatchi; Sancino e Sicilia (2017), definem-na como um conceito abrangente que captura uma ampla variedade de actividades que ocorrem em qualquer fase do ciclo do serviço público e em que actuam actores estatais e leigos para juntos produzirem benefícios.

Para Pestoff (2011), a co-produção é “caracterizada pelo arranjo de actividades com que tanto os agentes do serviço público quanto os cidadãos contribuem para a prestação de serviços públicos”. Na gestão pública, autores como Radnor *et al.* (2014), enfatizam que uma visão de orientação para serviços oferece uma perspectiva segundo a qual a co-produção é um elemento central do processo de entrega dos serviços. É um processo essencial e intrínseco de interacção entre qualquer organização de serviços e os seus utilizadores no ponto de entrega de serviços. Por outro lado, Gronroos (2007) *apud* Radnor *et al.* (2014) denominou o “momento da verdade” da entrega do serviço.

Para fins deste trabalho, entende-se co-produção como o conjunto de actividades que ocorrem na entrega de serviços públicos em que actuam organizações públicas ou privadas sem e /ou com fins lucrativos, actuando em prol do Estado ou na sua representação, seja directa ou indirectamente, e os cidadão ou famílias são beneficiários dos serviços ou da acção do Estado,

seja por direitos políticos ou por direitos jurídicos envolvidos no processo de recolha e transporte de resíduos sólidos.

2.6.2. Serviços Públicos

Os serviços públicos têm sido aderidos pelo cidadão no seu dia-a-dia, dos quais este pode se beneficiar individual ou colectivamente. Quanto à definição deste conceito, Meirelles (1998, p. 286) concebeu a noção de serviço público como “todo serviço prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controlos estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da colectividade ou simples conveniência do Estado”.

Amaral (2006, p. 792), enuncia que serviços públicos “são as organizações humanas criadas no seio de cada pessoa colectiva pública, com o fim de desempenhar as atribuições desta, sob a direcção dos respectivos órgãos”.

As definições acima expostas concordam que os serviços públicos são prestados pelas entidades estatais (administração ou pessoa colectiva pública). Contudo, percebe-se que Meirelles concebeu uma definição mais generalista, enquanto Amaral uma mais restrita às estruturas internas das pessoas colectivas públicas e as suas respectivas finalidades. Assim, para o presente estudo, entende-se por serviços públicos um conjunto de organizações que executam as atribuições dos órgãos da Administração Pública sob a sua respectiva autoridade.

Estes conceitos são importantes para o trabalho, visto que se pretende analisar a co-produção dos serviços públicos locais na efectividade da recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni. Sendo assim, eles serão usados no trabalho de forma interligada, pois eles relacionam-se e complementam-se.

2.6.3. Efectividade

A nossa proposta do conceito de efectividade dos serviços públicos é construído a partir da literatura de gestão ou administração das organizações. Entretanto, é apresentado tendo em conta os conceitos dos autores dessa área (noção, concepção) para fins deste trabalho.

Maximiano (2000) entende que todas as organizações são sistemas de recursos que perseguem objectivos. Eficiência e eficácia são os principais critérios para medir e avaliar o desempenho das organizações e dos seus administradores, dado que estes últimos são responsáveis pela realização de objectivos.

A relação da eficiência e eficácia na área dos serviços públicos suscitou a incorporação do terceiro conceito, que, segundo De Castro (2006), é o mais abrangente que a eficiência e a eficácia. Trata-se da efectividade. No entanto, o seu conceito, como já se referiu, é mais abrangente não por apenas ultrapassar o seu sentido e alcance, mas também porque a literatura tende a apresentar uma concepção diferente desta.

A “*priori*”, efectividade vem do latim *effectivus* que significa aquilo que tem efeito, real, permanente; que não tem interrupção: serviço efectivo⁷. É característica, particularidade ou estado do que é efectivo (que consegue causar um efeito real); a consequência ou efeito do que é real⁸. Torres (2004, p. 175), afirma que a efectividade é o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas acções do Estado de forma democrática, transparente e responsável possível.

Efectividade na Administração Pública é uma apresentação recente, com foco no serviço público. Grazielli e Micheline (2016), concluíram que a efectividade dos serviços públicos é uma proposição cuja condição para o seu sucesso compreende a identificação das necessidades do público-alvo, bem como a interacção com os mesmos, isto é, enfatizando o foco no cidadão e a coprodução do bem público como meios para o seu alcance.

A efectividade questiona a proposta, os objectivos e a acção desenvolvida, não em termos da sua capacidade de execução, mas em termos da sua capacidade de dar respostas adequadas ao desafio posto pela realidade por inteiro (cobertura), no limite do âmbito da intervenção da acção planeada (Baptista, 2000, p. 32 *apud* Fagundes e Moura, 2009, p. 101).

Assim, para este trabalho, entendemos que a efectividade é o impacto, transformação ou mudança que ocorre a uma realidade. Por conseguinte, a efectividade dos serviços públicos compreende a transformação ou solução do problema em causa. Isto é, a co-produção vai contribuir para a efectividade dos serviços públicos, se existir uma transformação ou mudança real nos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos e se esta mudança for considerada satisfatória pelo cidadão.

2.6.4. Resíduos Sólidos

Resíduos sólidos são gerados a partir de actividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de variação, entre outras, e podem ser utilizados como matéria-prima. Em

⁷ Figueiredo (1913), Novo Dicionário da Língua portuguesa.

⁸ Dicio.com.br. Acesso em 15 de abril de 2021.

contrapartida, lixo pode ser entendido como algo inútil, que não pode ser reaproveitado⁹. Com isso, pode-se dizer que, quando se mistura todo o material descartado, temos o lixo. Quando fazemos a separação do lixo e encontramos materiais que podem ser reutilizados, isto chama-se de resíduo sólido (Silva e Almeida, 2010).

Tecnicamente, resíduo sólido é definido como “resíduos no estado sólido e semi-sólido resultante de actividades doméstica na comunidade, de origem industrial, hospitalar, comercial, agrícola e de serviços. Ficam incluídos nesta definição lodos provenientes dos sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controlo de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isto soluções técnicas e economicamente viáveis em face da melhor tecnologia disponível” (NBR 10.004/2004, *apud* Andreoli, *et al.*).

E, para este trabalho, entende-se por resíduos sólidos como tudo aquilo que sobra de uma actividade qualquer, antes do processo de descarte e colecta selectiva que se encontram no recinto das residências familiares, nas vias públicas, e pontos de recolha secundária (vulgos contentores), podendo significar, na mesma ocasião, lixo, segundo Silva e Almeida (2010).

2.7. Operacionalização das Variáveis

A operacionalização das variáveis é definida por Gil (1989, p. 81), como sendo um processo em que duas variáveis procuram encontrar os correlatos empíricos que possibilitem a sua classificação ou mensuração. Operacionalizar as variáveis da análise para este trabalho será muito importante, pois vai facilitar na recolha dos dados, na sua análise e interpretação.

As variáveis consideradas neste trabalho são: co-produção dos serviços públicos locais e a efectividade dos serviços públicos locais. Sendo assim, consideramos a co-produção dos serviços públicos locais como sendo a variável independente, enquanto a efectividade dos serviços da recolha e transporte dos resíduos sólidos é considerada variável dependente, dado que esta depende das condições ou de como ocorre a co-produção dos serviços públicos locais.

⁹ Andreoli, *et al.* Resíduos Sólidos: origem, classificação e soluções para destinação final adequada. Acedido em https://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/32_Residuos-solidos.pdf. Aos 15 de fevereiro de 2021.

A prestação de serviços na Administração Pública, no teor da co-produção, pressupõe a existência de algumas condições básicas, para que se alcance o nível de efectividade que durante muito tempo foi um grande obstáculo. É deste modo que, no que diz respeito à co-produção dos serviços públicos locais na recolha e transporte de resíduos sólidos no DMKM, analisamos os seguintes indicadores que nos ajudaram a medir o nível de prestação de serviços: *a forma de relacionamento entre os diferentes actores; as motivações dos actores envolvidos; e a satisfação dos cidadãos em relação aos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos prestados no DMKM [o tempo de espera na recolha e transporte dos resíduos sólido; a abrangência dos serviços por dia, isto é, a área abrangida (bairro, quarteirão) e a frequência ou regularidade na recolha dos resíduos.].*

Estes indicadores permitir-nos-ão analisar como a co-produção dos serviços públicos locais contribui, ou não, para a transformação ou mudança da realidade do DMKM e se é vista como satisfatória para os cidadãos.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Segundo De Oliveira (2005), a metodologia é um processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais, tanto laboratoriais como instrumentos e equipamentos para colecta de dados no campo. Neste capítulo, descreve-se a metodologia, que será formada por uma sequência de procedimentos usados, para a elaboração da presente pesquisa. Será descrita o tipo de pesquisa, o método de abordagem e procedimento, a técnica de recolha de dados, assim como a definição de amostra.

3.1. Tipo de Estudo

Este estudo conjuga duas abordagens que são: qualitativa e quantitativa. De acordo com Richardson (2009), a pesquisa qualitativa é aquela que procura descrever a complexidade de um problema bem como compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por um grupo social, contribuindo, assim, na mudança de situações negativas e possibilitando o entendimento das particularidades comportamentais dos indivíduos.

Os autores Da Silva e Menezes (2005 p. 21), consideram que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte directa para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”.

Nesta ordem de ideias, a aplicação da pesquisa qualitativa foi através, do estudo de campo, vai-se tornar em grande medida relevante, pois permitirá a descrição do processo de como a co-produção se manifesta nas interações quotidianas. Assim, orienta-se a captar o fenómeno (co-produção), procurando relações com os serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal de KaMaxakeni.

Por outro lado, segundo Richardson (1999) *apud* De Oliverira (2011, p. 25), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de colecta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (Prodanav e Freitas, 2013 p.69).

Desta forma, a presente pesquisa faz o uso da abordagem quantitativa na determinação da amostra e pelo uso de indicadores numéricos de dados que são de base para o auxílio na interpretação e análise da co-produção nos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni 2015 a 2019.

3.2. Método de Abordagem

O método de abordagem escolhido é o hipotético-dedutivo. Este método foi definido por Karl Popper, a partir das suas críticas ao método indutivo. Para ele, o método indutivo não se justifica, pois, o salto indutivo de “alguns” para “todos” exigiria que a observação de factos isolados fosse infinita.

Quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto são insuficientes para explicar um fenómeno, surge o problema. Para tentar explicar o problema, são formuladas hipóteses; destas deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tentar tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Segundo Popper, quando não se consegue derrubar a hipótese, se tem a sua corroboração: a hipótese se mostra válida, pois superou todos os testes, porém ela não é definitivamente confirmada, pois, a qualquer momento poderá surgir um facto que a invalide.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 106), o método hipotético-dedutivo é aquele que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e pelo processo de inferência dedutiva, testa-se a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pelas hipóteses.

No presente estudo, conceberam-se hipóteses relativas ao problema em estudo. Considerando os pressupostos desta abordagem, serão desenvolvidas investigações no terreno que auxiliarão o pesquisador a trazer a verdade à tona, e, assim, confrontar as deduções sobre o problema.

3.3. Método de Procedimento

Relativamente ao método de procedimento, é aplicado ao estudo o Monográfico ou Estudo de Caso.

O Método Monográfico ou Estudo de Caso, de acordo com Gil (2002, p. 54), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos, de maneira que permita o seu amplo e

detalhado conhecimento para a realização da pesquisa. Nestes termos, pautou-se por situações da realidade (institucional), possibilitando, assim, a descrição do problema no contexto em que é feita a pesquisa. Assim, este método foi extremamente importante, pois nos colocou perante a realidade de modo a conhecer o que acontece no terreno. Ainda de acordo com este método, qualquer caso estudado em profundidade pode explicar outros fenómenos semelhantes. Através da aplicação deste método foi possível pôr à prova a hipótese levantada para responder à questão de partida e, conseqüentemente, satisfazer os objectivos propostos, conjugando com outras técnicas de recolhas de dados como a entrevista e o questionário, sendo que o caso em questão é representativo do fenómeno a estudar a nível de outros casos.

3.4. Técnicas de recolha de dados

3.4.1. Pesquisa Bibliográfica

Desenvolve-se tentando explicar um problema através de teorias publicadas em livros ou obras do mesmo género. O objectivo deste tipo de pesquisa é de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado assunto ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer pesquisa (Gil, 2002).

Para tal, fez-se a revisão de literatura de diferentes obras teóricas que serviram como fundamentação teórica, para melhor compreender a co-produção dos serviços públicos locais na melhoria da recolha e transporte dos resíduos sólidos no município da cidade de Maputo.

3.4.2. Pesquisa Documental

De acordo com Lakatos e Lakatos (1996), a técnica documental tem a ver com a natureza das fontes. Desta forma, destacam-se as fontes primárias e secundárias usadas como suporte para a pesquisa. Na pesquisa que nos propomos a realizar, esta técnica foi usada para fazer o levantamento de documentos normativos oficiais, artigos (inter) nacionais que abordam a co-produção dos serviços públicos locais na melhoria da recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxaqueni.

3.4.3. Entrevistas Semi-estruturadas

Por outro lado, privilegiaram-se as entrevistas semi-estruturadas por questionário, de modo a analisar como ocorre a co-produção dos serviços públicos locais na melhoria da recolha e transporte dos resíduos sólidos no município da cidade de Maputo, através da comunicação

bilateral, para entrar num diálogo bastante aberto com os funcionários do município, alguns munícipes e organizações que transportam os resíduos sólidos como parte dos que produzem e sofrem dos efeitos da co-produção dos serviços públicos locais.

3.4.4. Questionário

Esta técnica de pesquisa será utilizada de modo a colectar uma série de informações necessárias para a elaboração do trabalho. Para Marconi e Lakatos (1996), o questionário é um instrumento de colecta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Com esta técnica, pretende-se elaborar questões abertas e fechadas para os diversos funcionários do município (e não só), envolvidos na pesquisa, assim como serão questionados alguns munícipes e empresas de gestão de resíduos sólidos.

Com esta técnica de questionário, pretende-se aferir o nível de percepção dos funcionários e dos munícipes sobre a relação entre co-produção dos serviços públicos locais e a satisfação que estes têm em relação à melhoria dos serviços públicos, bem como às suas pretensões sobre o comportamento ou atitudes que desejam que se adoptem a nível do município.

3.4.5. População e Amostra

De acordo do Gil (2008), é chama-se população ou universo, um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente, fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar.

Na presente pesquisa, população circunscreve-se a todos intervenientes do processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM, dos quais agrupamo-los em actores estaduais e actores leigos. Vale esclarecer que os actores leigos, que compreendem os produtores do lixo e beneficiários dos SRTRSU, são a população, enquanto família em residências e/ou residentes no Distrito Municipal KaMaxakeni. Portanto, com este esclarecimento, tomamos como unidade base “agregado familiar residente e beneficiário do serviço de recolha e transporte dos resíduos sólidos”.

Para Marconi e Lakatos (2002), a amostra é uma parcela convenientemente seleccionada do universo ou população – é um subconjunto do universo. Esta definição é comungada por De Oliverira, para quem a amostra é um subgrupo de uma população, constituída de **n** unidades de observação e que deve ter as mesmas características da população, seleccionadas para a participação no estudo, (De Oliveira, 2011).

A amostragem nesta pesquisa foi determinada com base nas técnicas de entrevista e inquérito, tendo em conta a nossa população. Com este pressuposto, empregou-se a amostragem probabilística e não probabilística, de onde se apurou um número amostra de 213. Conforme a exigência da pesquisa:

- Para os actores estaduais, os elementos a serem entrevistados e inquiridos foram seleccionados intencionalmente, ou por julgamento, nomeadamente, 03 membros da Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade; 01 membro do Distrito Municipal KaMaxakene; 06 representantes das organizações privadas de gestão de resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni, pois estes detêm conhecimentos ou informações do objecto de estudo – intencionalidade torna uma pesquisa mais rica em termos qualitativos (Gil, 2002).
- A unidades da base amostral para os actores leigos é o agregado familiar no qual colhemos dados pela técnica de inquérito. O Distrito Municipal KaMaxakeni, com base nos dados facultados pela ADMKM, conta com 41 652 agregados familiares, que no entender do órgão da Administração Pública, são beneficiários do serviço em análise. Desta constatação determinou-se 203 agregados familiares para amostra através de fórmulas estatísticas (amostragem probabilística), que são apresentadas em seguida. E, ainda, dada a extensão do distrito e recursos limitados, optou-se por conglomerar a área geográfica. Neste caso, os conglomerados são formados por bairros e quarteirões do DMKM, seleccionando aleatoriamente os agregados que fizeram parte da amostra. Na visão de Gil (2008 p.93), esta é indicada em situações em que é bastante difícil a identificação de seus elementos, tais como todos elementos de uma cidade.

Abaixo demonstra-se a fórmula que serviu como base de cálculo da amostra.

Tamanho inicial da amostra: $n_0 = \frac{1}{E_0^2}$ Logo: $n_0 = \frac{1}{(0.07)^2}$ $n_0 = \frac{1}{0.0049}$

$n_0 = 204$

Fórmula para o cálculo da amostra:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \quad n = \frac{41\,652 \times 204}{41\,652 + 204} \quad n = \frac{8\,497\,008}{41\,856} \quad n = 203$$

Onde: N = tamanho da amostra. n = tamanho da amostra.

n_0 = tamanho inicial da amostra. E_0 = erro amostral tolerável (admitiu-se o erro de 7%).

3.5. Método de Análise dos Dados

Para permitir a compreensão dos dados, foram aplicados métodos de análise de conteúdo e estatístico. A análise de conteúdo é uma metodologia usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos de textos, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas e/ ou quantitativas, permitindo a compreensão dos seus significados, Moraes (1999). Em conformidade com este autor, na presente monografia, o método de análise de conteúdo foi aplicado para analisar as questões das entrevistas e as questões abertas dos inquiridos, de modo a permitir melhor compreensão das atitudes e comportamentos dos entrevistados diante o objecto do estudo.

Por outro lado, o método de análise estatístico serviu para determinar as percentagens das respostas fechadas do inquirido de forma multi-variada. Pois, de acordo com Moraes, (1999), o método de análise estatística consiste na determinação das quantidades em formas percentuais das respostas e a médias das mesmas.

Em pesquisas qualitativas, tal como descrevem Mozzato e Grzybovski (2011, p. 734), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98) apud Mozzato e Grzybovski (2011, p. 734), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

3.6. Limitações da Pesquisa

Um dos factores limitantes deste trabalho foi a indisponibilidade dos sujeitos da pesquisa. Visto que o trabalho de campo foi realizado no contexto da pandemia da Covi-19, foram enfrentadas dificuldades para encontrar os grupos-alvo da pesquisa.

Estes factores repercutiram-se negativamente na recolha de dados, pois, os informantes disponibilizaram parcialmente o seu tempo com o pesquisador. No acto da marcação das entrevistas em certas empresas, como a Enviroserv, tivemos dificuldades enormes na disponibilização das informações, visto que somente foi possível realizar a entrevista depois de muita insistência, mediante a intervenção da DMAS, apesar de ter sido observado todo protocolo.

Aliada a mesma dificuldade, na Direcção do Serviço Municipal de Recursos Humanos, houve, igualmente, muita morosidade na correspondência, dificultando a obtenção de certas informações relevantes para a materialização da pesquisa em tempo útil.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O presente capítulo, reservou-se para a análise e interpretação dos dados colectados. Para o efeito, para além de descrever-se o caso em estudo, incluindo os dados sociodemográficos dos sujeitos da pesquisa, o capítulo envolve os seguintes itens: avaliação dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni na óptica dos actores envolvidos; apresentam-se, de igual forma, os actores envolvidos na co-produção, as motivações da recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni, assim como a descrição do processo e formas de co-produção nos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos. Finalmente, o capítulo traz uma explicação sobre as experiências da co-produção dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos.

4.1. Descrição do Distrito Municipal KaMaxakeni

O Distrito Municipal KaMaxakeni é um dentre os sete distritos municipais que estruturam as unidades orgânicas do Município de Maputo, definidas pelo Estatuto Orgânico dos Serviços Técnicos e Administrativo do Município, aprovado pela Resolução n.º 50/AM/2020 de 15 de Dezembro.

O distrito encontra-se localizado numa zona de confluência de três distritos municipais, (KaMpfumu, Nhlamankulu e KaMavota) do mesmo Município. Ocupa uma superfície de 19.9 Km². Nos limites: Norte – faz fronteira com o Distrito Municipal KaMavota, pela Av. Das FPLM; Sul – é limitado pelo Distrito Municipal KaMpfumu, nas Av. Marien Ngouabi e Joaquim Chissano; Oeste – faz fronteira com Distrito Municipal Nhlamankulu, na Av. De Angola; e a Este – é limitado pela Av. Marginal e a Praia, na zona do Clube Naval.

De ponto de vista da divisão administrativa, o DMKM divide-se em oito bairros com 430 quarteirões, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Divisão Administrativa do Distrito Municipal KaMaxakeni.

Divisão Administrativa do Distrito Municipal KaMaxakeni								
Bairro	Mafalala	Urbanização	Maxaquene A	Maxaquene B	Maxaquene C	Maxaquene D	Polana Caniço A	Polana Caniço B
N.º de Quarteirões	57	27	60	75	42	37	77	55

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Conforme ilustra a tabela acima, dos 8 bairros do distrito municipal de KaMaxaquene, o bairro da Polana caniço A tem maior número de quarteirões, sendo composto por 77, a seguir é o bairro de Maxaquene B com 75 quarteirões. Por sua vez, o Bairro de urbanização é composto por menor número de quarteirões, num total de 27.

A população do distrito, segundo o Censo de 2017 é de 199,255 habitantes, sendo 97,583 homens, e 101,672 mulheres. Este distrito apresenta 41,652 agregados familiares (vide tabela 2).

Tabela 2: Distribuição da População por Bairros do Distrito Municipal KaMaxakeni.

Distribuição da População por Bairros do Distrito Municipal KaMaxakeni				
Bairro	N.º de agregado familiar	Habitantes	Homens	Mulheres
Maxaquene A	3,884	19,623	9,660	9,963
Maxaquene B	5,289	25,739	12,594	13,145
Maxaquene C	3,960	17,032	8,468	8,564
Maxaquene D	3,947	20,396	9,719	10,677
Polana Caniço A	8,078	38,736	19,275	19,461
Polana Caniço B	9,486	45,410	22,277	23,133
Mafalala	4,055	18,621	9,065	9,556
Urbanização	2,953	13,698	6,525	7,173
Total do Distrito	41,652	199,255	97,583	101,672

Fonte: Adaptada pelo autor (2021) com base nos dados fornecidos pela ADMKM.

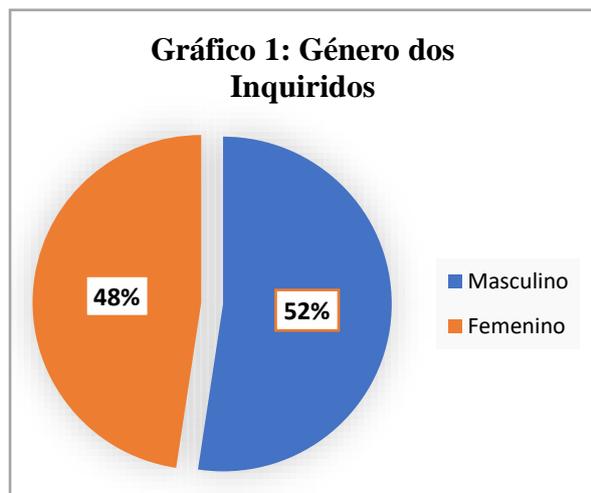
Como se pode constatar, o bairro mais populoso é o da Polana Caniço “B” com 45,410 habitantes, e o menos populoso é o da Urbanização com 13,698 habitantes.

4.1.1. Características Sociodemográficas dos Sujeitos da Pesquisa

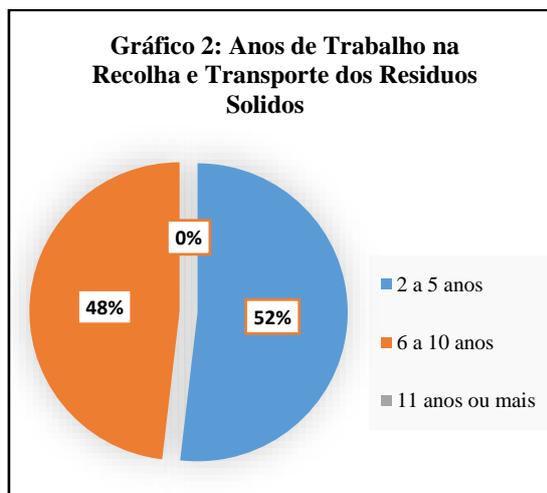
Em termos de género, o gráfico 1 revela que dos 100% da amostra inquirida, 70% era do sexo masculino e 30% do sexo feminino. Por outro lado, em termos de experiência no sector de recolha e transporte de resíduos sólidos, o gráfico 2 ilustra que 52% dos inquiridos trabalhavam no sector 2 a 5 anos, e 48% estavam a cerca de 6 a 10 anos. Todavia, através do mesmo gráfico é possível observar que ninguém estava no sector a mais de 10 anos.

O gráfico 2 mostra-nos que os produtores regulares inquiridos têm grande expressão, visto que, de certa forma, encontram-se dentro do período em que a pesquisa é delimitada, 2015-2019, o

que é suficientemente relevante para conhecer o objecto (recolha e transporte dos resíduos sólidos) no seu bairro.

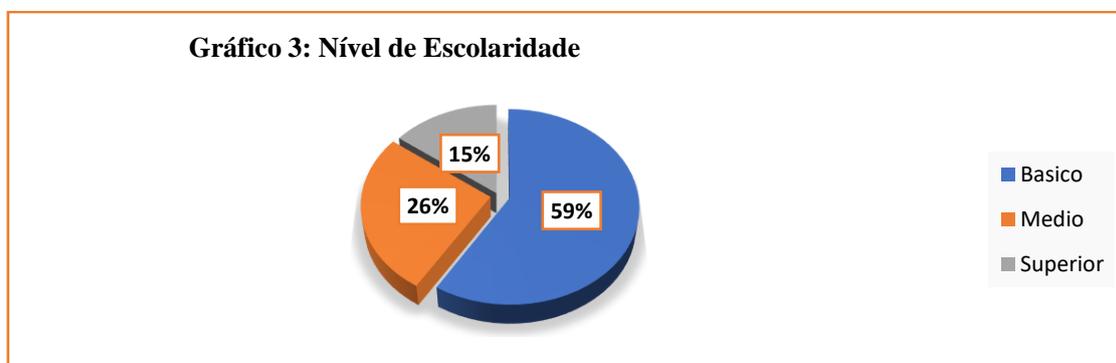


Fonte: Elaborado pelo autor (2021)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O nível de escolaridade da amostra é apresentado no gráfico 3. Assim, 59% dos inquiridos, a maioria, possuem apenas o nível básico. Em seguida, segue o nível médio de escolaridade, com 26% dos inquiridos, e 15% com o nível superior de escolaridade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

4.2. Avaliação dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no DMKM na Óptica dos Actores Envolvidos

A avaliação dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos (SRTRS) tornou-se importante nesta pesquisa, na medida em que permite aferir o nível de percepção quanto à efectividade dos serviços em causa. Como se pode observar no gráfico 4, dos 100% dos nossos inquiridos, 74% consideram que os serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos naquele distrito municipal são bons, e apenas 21% consideram que os serviços de recolha e

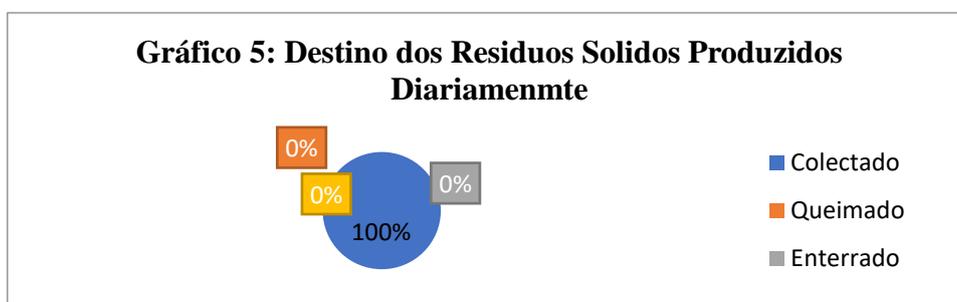
transporte dos resíduos sólidos são muito bons. Entretanto, um número de 5% dos inquiridos considerou que os serviços são maus.

Neste contexto, os dados empíricos revelam uma avaliação positiva dos serviços. O gráfico a seguir demonstra esses resultados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Quanto a gestão do saneamento no distrito em estudo, gráfico 5 mostra que 100% dos inquiridos afirmaram que os resíduos sólidos são colectados. Todavia, nenhum dos inquiridos afirmou que os resíduos sólidos tinham outro destino: Se eram enterrados ou queimados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A avaliação que os actores envolvidos fazem em torno dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM revela uma tendência positiva, se se comparar o antes com o depois da existência das microempresas de recolha e transporte primário dos resíduos sólidos. Apesar dessa tendência positiva vista pelos actores envolvidos, há que frisar a existência de desafios na efectividade desses serviços, que serão explícitos nas próximas secções.

4.3. Actores Envolvidos e Motivações na Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni

A principal característica da co-produção como já mencionado no teor do termo, é o envolvimento de diferentes actores na produção de serviços, no sentido lato da palavra. Contudo, de modo restrito, a pesquisa ocorreu na fase de entrega dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos, correspondendo à fase de entrega do ciclo de serviço público em que actuam actores estatais e leigos.

Em primeiro lugar, os actores são pessoas jurídicas ou físicas, organizações governamentais ou não governamentais, com fins lucrativos ou sem fins de negócio. Com este pressuposto, na presente pesquisa, os actores são delimitados no perfil estatal, aqueles que fazem a recolha e transporte dos resíduos sólidos em representação do Município da Cidade de Maputo, e, no perfil leigo, aqueles que, por iniciativa própria ou local, participam durante o processo da entrega do mesmo serviço.

No Distrito Municipal KaMaxakeni, a prestação dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos contando com vários actores apresentados na tabela 3:

Tabela 3: Actores Envolvidos na RTRSU no DMKM.

Actores Envolvidos na RTRSU no DMKM		
Actores	Perfil	Papel
Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade da Cidade de Maputo (DMASCM)	Actor estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Coordena, Monitora e Avalia;
Departamento de Serviços da Administração Municipal KaMaxaqueni (DSAMKM)	Actor estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Coordena a varredura das vias públicas; • Fiscaliza as microempresas. • Intermedia os relatórios mensais das microempresas.
EnviroServ	Actor estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da frota e a recolha dos contentores de lixo.

Uaiene Gama de Serviços de Maputo (UGSM)	Actor estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha porta-a-porta; • Eliminar as lixeiras informais; • Limpeza a redor do contentor do lixo; e • Educação cívica.
Fine Serviços e Consultoria, LDA	Actor estadual	
Belma Serviços, LDA	Actor estadual	
Tchova Ngolovane, LDA	Actor estadual	
Matique Muit-Serviços, LDA	Actor estadual	
Associação de Desenvolvimento e Saneamento de Maxaquene D (ADSMD)	Actor estadual	
Associação Comunitária Dambo da Mafalala (DAMBO)	Actor estadual	
Palhatane Clean Company, LDA	Actor estadual	
Secretário do Bairro	Actor estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Controla a recolha primária; • Faz a validação dos relatórios.
Chefe de Quarteirão	Actor leigo	<ul style="list-style-type: none"> • Olheiro do Município; • Coordenador do serviço no seu bairro.
Munícipe	Actor leigo	<ul style="list-style-type: none"> • Colabora na entrega do lixo; • Faz a limpeza do bairro.

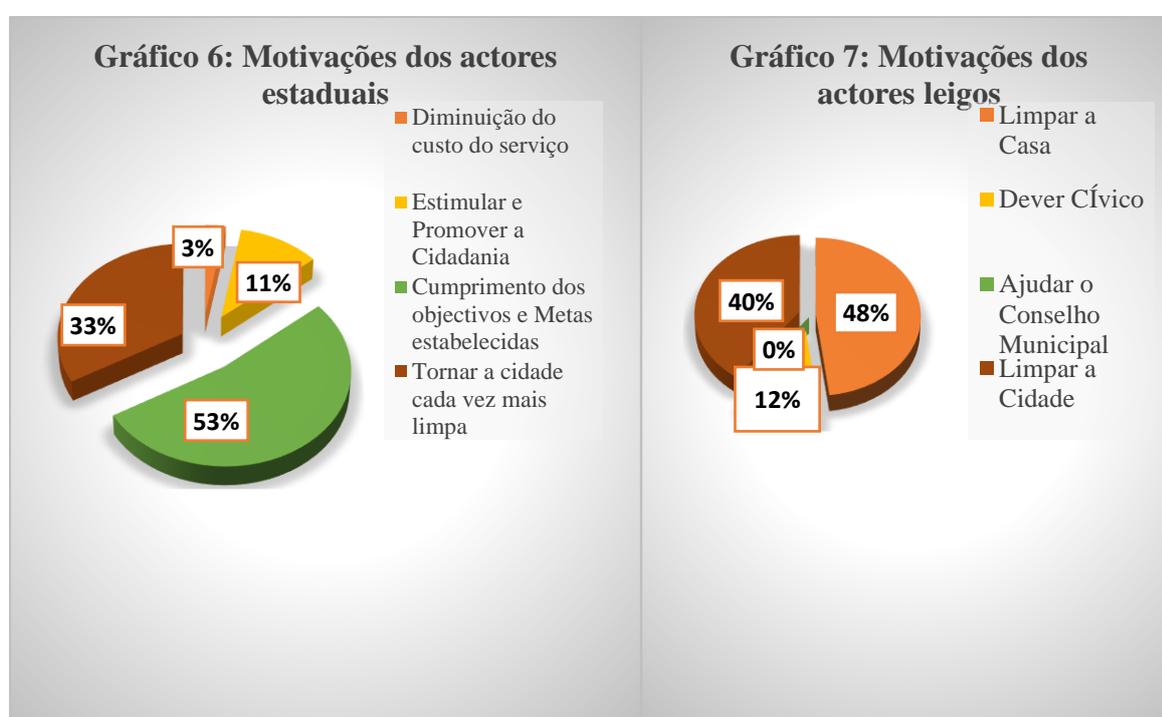
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos pela Administração do Distrito Municipal KaMaxakeni (2021)

Dentre os diferentes factores que influenciam o envolvimento dos actores acima descritos, privilegiamos as motivações individuais para actores leigos, e organizacionais para actores estaduais.

Os resultados dos inquiridos revelam que as motivações dos actores estaduais (gráfico 6) na recolha e transporte dos resíduos sólidos tendem a ser predominantes numa escala de 53% em

cumprir com os objectivos e metas estabelecidas. Porém, há um número significativo, 33%, cuja resposta concorre para uma afirmação de que as motivações dos actores consistem em tornar a cidade limpa - sendo que 11% considera que são estimulados para promover a cidadania; e, por fim, 3% são aqueles cuja motivação é a diminuição de custos de serviços.

Por outro lado, nas motivações dos actores leigos (gráfico 7), as evidências empíricas revelam que, nos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos, os actores são motivados na sua maior parte, 48%, por manter a casa limpa; seguidamente 40% são motivados para limpar a cidade, enquanto 12% consideram a questão como um dever cívico. Todavia, ninguém afirmou estar motivado para ajudar o Conselho Municipal.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Considerando os dados acima, percebe-se que a experiência da co-produção dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM divergem com as abordagens economicistas sobre as quais a co-produção decorre como uma ferramenta do mercado, uma vez que a variável “diminuição de custos de serviços” apresenta-se em menor escala. Porquanto, os actores estaduais são motivados por dois factores relevantes para o conceito do NSP. Desses factores, podemos constatar que tornar a cidade limpa e o cumprimento dos objectivos e metas organizacionais afiguram-se como os factores motivacionais destes actores no processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM.

Um dos factos importante dos resultados da pesquisa é a verificação da compatibilidade de organizações públicas nas iniciativas da co-produção. No espírito dos autores Voorberg, Bekkers e Tummers (2014, p. 15-16), na presente experiência da co-produção, a presença de estruturas locais, como secretários do bairro, chefes dos quarteirões e as microempresas criadas por iniciativas locais permitem que se constitua uma oportunidade com a qual o município ao nível distrital se relacione na entrega do SRTRS.

Ademais, a variável escolhida pelos actores estaduais “tornar a cidade limpa” e o cumprimento de metas organizacionais, confirma, mais uma vez, a relevância da Teoria do Novo Serviço Público, ao destacar que a Administração Pública, mais do que se preocupar em atingir os objectivos e metas pré-estabelecidas, ela estimula mais cidadãos a cumprir com suas responsabilidades, procurando o bem comum nos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM.

Relativamente aos factores que influenciam os actores leigos participantes na co-produção dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM, estão presentes “valores intrínsecos” (dever cívico e o desejo de melhorar o governo positivamente), descritos em (Voorberg, Bekkers e Tummers 2014, p. 15 – 18), uma vez que os resultados mostram uma grande expressão para motivações como: limpar a casa, limpar a cidade e dever cívico.

Com as devidas reservas dos autores Eijk e Gascó (2018, p. 70), a proporção dos resultados da pesquisa assim apresentados, relativamente aos actores leigos, pode-se dizer que os munícipes do Distrito Municipal KaMaxakeni participam de forma activa, motivados pelos valores como: tornar o mundo melhor e a busca da construção de um bem maior, visto que, nessa experiência empírica, os munícipes envolvem-se não apenas para limparem as suas residências, mas também para tornar cidade mais limpa.

Olhando para os resultados das motivações dos actores envolvidos na co-produção dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM, entende-se que a promoção da cidadania no SRTRS apresenta-se numa escala aquém do desejado. Porquanto, olhando para o teor do Novo Serviço Público, a promoção da cidadania no serviço publico é um elemento fundamental, visto que ela transforma os administrados em activos na prossecução do interesse público.

4.4. Processo e Formas de Co-produção nos Serviços de Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni

Abordar o processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos é importante para inferir o modelo de co-produção, permitindo conhecer de que forma é feita a colaboração entre diferentes actores envolvidos nos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos. Neste caso, esta secção reserva-se à tradução dos papéis dos actores, bem como as relações entre diferentes actores para a CSPL, e, em vista disso, o ajustamento que vale mudanças significativas no distrito como um todo.

A nova abordagem da prestação dos SRTRS, trazida pelo PROMAPUTO, instaurou uma nova forma de prestar este serviço a nível do Município da Cidade de Maputo. Reconhecendo a importância de envolver outros actores, o serviço ficou estruturado da seguinte forma:

- Recolha Primária dos Resíduos Sólidos Urbanos (RPRSU) – consiste em duas variáveis: a primeira é a contratação das empresas de pequeno porte, chamadas de microempresa para a recolha dos resíduos sólidos nas residências e lixeiras informais, e transporte para o depósito nos contentores de lixo alocados em cada bairro. A segunda variável significa a colecta e transporte dos resíduos sólidos pelos agregados familiares (actores leigos) de residências ou bairros (no caso dos movimentos locais) para o depósito mais próximo.

Esta é a primeira fase da recolha e transporte dos resíduos sólidos, em que colaboram agregados familiares e funcionários das microempresas, estes últimos chamados de operadores de *tchova*.

Esta fase, inicia mutuamente. De um lado, os agregados familiares têm a responsabilidade de separar o lixo na colecta do mesmo (lixo seco do lixo molhado por exemplo). Do outro lado, o operador de tchova equipado, para além da sua farda de trabalho, opera com tchova, apito e sacos, vai ao domicílio de residência em residência, recolhendo e transportando para o contentor de lixo mais próximo, de acordo com o calendário estabelecido pela microempresa¹⁰.

O papel do actor leigo no processo está fundamentalmente inserido na RPRSU, na medida em que co-produz enquanto residente beneficiário do serviço. Nesta fase dos SRTRS, o município

¹⁰ Entrevistas realizadas no mês de Agosto de 2021 as microempresas: Matique Serviços Lda.; Belma Serviços Lda.; UGSM, Lda. FINE SERVIÇOS E CONSULTORIA e o Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

representa o actor que colabora em insumos (sacos para a recolha do lixo), conhecimento acerca do bairro (valor a agregar), e a responsabilidade de separar o lixo que ele mesmo produz ou recolhe na sua residência/rua. Toda esta contribuição dos actores leigos é feita junto à microempresa representada pelos seus funcionários, denominados de “operadores de tchova”, e concorre de forma a facilitar a recolha do lixo¹¹.

O mesmo actor (leigo) reconhece a sua contribuição ao nível do CMCM no pagamento da taxa de lixo, deduzida nas compras de Credelec, que contribui para a operacionalização dos projectos municipais¹².

- Recolha Secundária dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSRSU) – constitui o processo pelo qual o município contrata uma empresa para a gestão dos depósitos dos resíduos sólidos a nível distrital, cabendo a ela a recolha e transporte dos resíduos sólidos para a Lixeira de Hulene.

Quando referimo-nos à RSRSU, estamos perante a segunda fase do processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos. Ela funciona da seguinte maneira: no término da primeira fase, seguem as grandes empresas com frota logística. No caso do distrito em análise, a Enviroserv recolhe e transporta os resíduos sólidos usando 17 contentores de 12 m³ suportados por 7 viaturas e 15 contentores de 6 m³ para 4 viaturas. A empresa, nesta fase, é responsável pela recolha e transporte dos resíduos sólidos do depósito em contentor para a Lixeira do Hulene¹³.

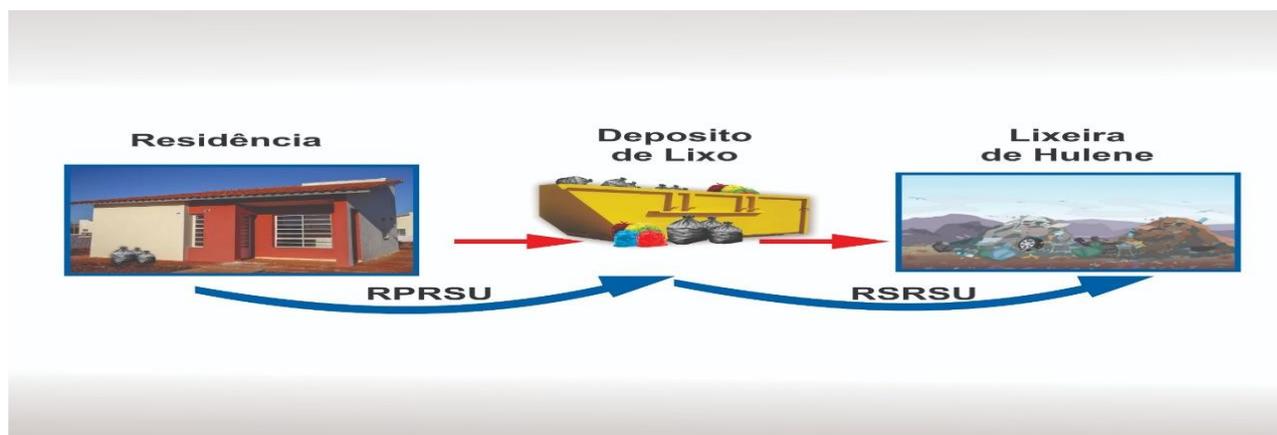
O esquema 1 a seguir mostra de forma sequenciada as duas fases de recolha e transporte de resíduos sólidos no DMKM anteriormente descritas.

¹¹ Entrevistas realizadas no mês de Agosto de 2021 as microempresas: Matique Serviços Lda.

¹² Entrevista na Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade. 25 de Agosto de 2021.

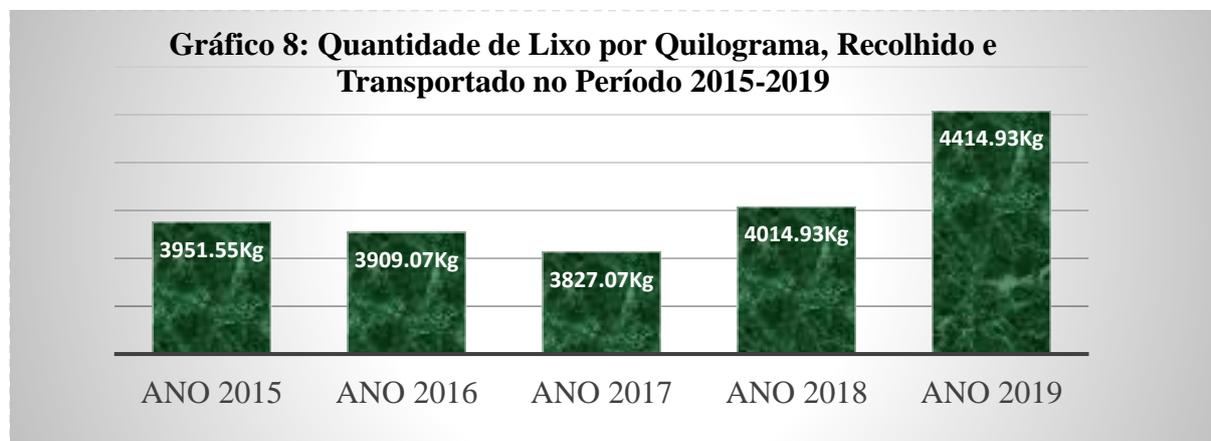
¹³ Entrevista com o senhor Nelson Rafael Ngovene. Supervisor logístico da Enviroservice. Data: 13 de setembro de 2021.

Esquema 1: Processo de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no DMKM.



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

As fases de processo de recolha do lixo implicaram de certa forma a reengenharia processual, que consistiu na desconcentração e descentralização de responsabilidades entre Direcção Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Salubridade, a actual DMASCM com a ADMKM e diferentes actores envolvidos (vide as atribuições dos actores, na tabela 2). O gráfico 8 demonstra os feitos processuais no período compreendido entre 2015 e 2019, em termos de quantidade de resíduos sólidos recolhidos e transportados para a Lixeira de Hulene.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base nos dados fornecidos pelo ADMKM

Com base no gráfico, percebe-se que há uma tendência de crescimento da recolha e transporte dos resíduos sólidos nos últimos dois anos, apesar disso revelar-se contrário aos primeiros dois anos. Contudo, avalia-se positivamente, no que concerne ao desempenho dos esforços dos actores envolvidos, o processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM.

Na mesma senda do processo de recolha e transporte de resíduos sólidos, importa destacar os tipos de relações existentes entre os actores envolvidos na presente experiência. Os dados da

pesquisa evidenciaram que 100% dos inquiridos regulares participam no processo através de relações contratuais com a edilidade da cidade de Maputo.

Esse tipo de relação remete-nos ao entendimento clássico da co-produção, em que o Estado contrata serviços como as organizações do mercado ou associações de natureza caritativa ou voluntária que prestam serviços para a comunidade (Salm e Manegasso, 2010, p. 2).

A observação que é feita nos ajustes contratuais entre os actores participantes nos serviços públicos é o receio da aceitação, por parte dos actores locais, que podem comprometer o sucesso da co-produção, uma vez que o protagonismo é do Estado, questionando-se, destarte, a genuinidade da iniciativa local. Os depoimentos a seguir mostram a relação contratual entre os actores nesse processo:

Através dos concursos públicos, o sector privado ficou envolvido, concorreram grandes empresas, na altura, empresas como a EGF, Neo Química e outras. Depois disso, evoluímos ao longo do tempo, de tal maneira que este processo de gestão de resíduos sólidos obedeceu outro parâmetro que se dividiu em zonas (...) ¹⁴

Os depoimentos acima são partilhados por outro entrevistado, ao se referir que, tanto as microempresas, como as grandes empresas, são contratadas pelo CMCM para a prestação desses serviços como se pode observar abaixo:

A contratação das microempresas e as grandes empresas é da iniciativa do Banco Mundial, que teriam aconselhado o município para a desconcentração dos serviços... (Entrevista com Engenheiro Ricardo. ADMKM. Data: 22 de Julho de 2021).

Os resultados empíricos da presente pesquisa, para além de demonstrarem o protagonismo absoluto do Estado através da contratação das empresas para a RPRSU e a RSRSU, os mesmos resultados evidenciam o facto de que não há aceitação da variável motivacional já abordada¹⁵ e isso não ajuda o município enquanto governo.

Através da experiência da co-produção dos SRTRS no DMKM, apesar de ter o protagonismo e a hegemonia do Estado, conferindo uma característica da Velha Administração que pode estar

¹⁴ Entrevista com Victorino Augusto Xerinda, Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade. Data 25/08/2021.

¹⁵ Os residentes são motivados pela limpeza das casas, dos bairros e da cidade.

a demonstrar a presença do Estado, constitui uma forma de manipulação dos cidadãos pelo Estado, apontado pelos autores Salm e Mengasso (2010), ao mesmo tempo que se personaliza a manifestação da Nova Administração Pública e do Novo Serviço Público.

A relação dos actores, na perspectiva da Nova Administração Pública, é baseada na eficiência e na eficácia dos serviços públicos, devendo para isso, dentre vários preceitos, cumprirem-se com os objectivos e as metas organizacionais. Contudo, por parte do usuário, é almejado um serviço que satisfaça as suas necessidades (a limpeza da casa).

Porquanto, os resultados apresentados até neste ponto conferem uma convergência nas motivações entre os actores estaduais e os actores leigos, relativamente ao interesse público, visto que ambos os actores reafirmam a limpeza da cidade como motivação para se envolverem nos SRTRS. O exposto corresponde aos pressupostos da criação da comunidade como um bem público.

Outrossim, os actores estatais consideram os agregados familiares (beneficiários dos serviços) na sua relação na arena como associados, representando 45%, no lugar de receptor, em 38%, e de cliente, em 17%, como tende o gráfico 9.

Gráfico 9: Consideração dos actores estaduais para com os actores leigos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

4.5. A Experiência dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no Distrito Municipal KaMaxakeni

Descrever as experiências da co-produção dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos do Distrito Municipal KaMaxakeni é caracterizar sua própria trajetória (particularidades), tanto quanto a da Cidade de Maputo, desde o período antes da

municipalização, seguida pelo período monopolista, e terminando, com o período de arranjos de prestação de serviços.

Para fins desta pesquisa, procuramos entender a experiência da provisão indirecta do Estado, por meio da subcontratação, descrita por Joshi e Moore (2004 p. 34), arranjos esses em que as responsabilidades de entrega do serviço passam a outras organizações, tais como: religiosas, organizações não governamentais, empresas privadas para fins lucrativos, grupos de cidadãos, etc.

No caso em análise, os arranjos comunitários existiram mesmo durante o período em que apenas o Estado ou o Município era quem prestava o serviço. A respeito disso, a DMAS confirma que:

Antes de 2007, 2008, a gestão de resíduos sólidos era pura e exclusivamente da responsabilidade do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. Na altura, estávamos a trabalhar com algumas organizações que era a Agreso (Cooperação Alemã). Então, com a implementação do projecto PROMAPUTO foi possível apostar na formação de pessoal e na elaboração de projectos que pudessem melhorar a qualidade de prestação de serviços na cidade de Maputo ... (Entrevista com Victorino Augusto Xerinda, Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade. Data 25/08/2021).

As microempresas aparecem no primeiro momento como iniciativa local, antes mesmo da contratação pelo CMCM para a prestação dos SRTRS, via acordos firmados com as famílias dos bairros que precisassem do serviço. É o caso do aparecimento da UGSM no bairro da Maxaquene A e B, bem como a ADASBU no bairro da Urbanização¹⁶.

Os acordos arrançados entre então actores leigos permitiam que as microempresas não fossem criadas com o objectivos contratuais do município, mas criadas a partir de contactos directos entre residentes. Avesso a esta realidade, a abertura para a participação local da experiência da co-produção nos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos, no DMKM, foi baseada nos esforços contratuais, como afirmam todas as microempresas, como, por exemplo, as seguintes:

¹⁶ Entrevista com Engenheiro Ricardo na Administração do distrito Municipal de KaMaxakeni. Data: 22 de Julho de 2021.

A empresa surgiu para contribuir para a recolha e transporte dos resíduos sólidos (estamos a falar da retirada do lixo e mover o lixo até ao contentor) no âmbito do concurso público de 2019, com as atribuições ... (Entrevista com João Mandongue Gamito – Gestor da Matique Mui-Sevice LDA. Data 16/07/2021).

(...) no princípio a recolha não era patrocinada pelo município, era uma espécie de actividades sem fins lucrativos. Depois de algum tempo, foi entrando o município e foi lançando o concurso no qual ficamos contratados... (Entrevista com Luisa Siteo – Gestora representante da Belma. Data 24/09/2021).

(...) o ano 2004 foi o ano que assinamos o nosso primeiro contrato com o Concelho Municipal, na altura com o Doutor Eneas Comiche, isso porque quando o Conselho Municipal visitou o bairro Maxaquene A e B constatou que havia lá moradores, que somos nós, que recolhiam o lixo nas casas ... (Entrevista com o Senhor Januário Supervisor da UGSM LDA. Data 06/09/2021).

A experiência da co-produção dos serviços públicos tem sido um tema que levanta debates de extrema importância com resultados divergentes e em contextos diferentes. Guambe (2016), por exemplo, narra a experiência da co-produção dos serviços públicos no Município de Mueda, clarificando que a efectivação da prestação dos serviços públicos fica a cargo dos actores intervenientes, como o caso das ONG's e actores estatais que financiam e fazem a gestão dos projectos de intervenção pública a nível do município.

O mesmo autor, nesta experiência de co-produção, descreve a incapacidade do Município de Mueda de autofinanciar-se para o provimento dos serviços públicos. Na mesma senda, a experiência em análise na presente pesquisa dá mérito ao Município de Maputo, visto que houve desconcentração dos serviços do nível central ao nível da Administração do Distrito Municipal KaMaxakeni e a subcontratação das microempresas para a recolha primária dos resíduos sólidos, processos enquadrados no PROMAPUTO com intervenção de actores internacionais como o Banco Mundial. Após o término do programa, o município garante a continuidade do mesmo serviço com a sua própria gestão e financiamento.

Aliada a experiência da co-produção trazida por Guambe (2016), o estudo de Amorim da Silva; Knoll e Moretto Neto (2016), confirma a pertinência da co-produção de serviços públicos na realidade Brasileira, ao evidenciar que os resultados da co-produção parecem beneficiar a

comunidade, pois os actores leigos conseguem uma renda mensal, que longe de ser digna, garante-lhes a sobrevivência permite-lhes adquirir bens e serviços. E aos actores aos estatais, permite-lhes a redução de custos operacionais.

Ademais, a mesma experiência supracitada evidencia que, no âmbito dos actores leigos, havia promoção da cidadania e aprendizado colectivo por meio da tomada da decisão a partir de assembleia.

Esses resultados coadunam com os dados da experiência de co-produção de SRTRS no DMKM, pois os actores leigos consideram, de igual forma, (como demonstrado acima) a co-produção como mecanismo de promoção de cidadania e uma tentativa de cumprir o dever cívico. Contrariamente aos actores estaduais, que consideram a co-produção como forma de cumprimento de objectivos e metas organizacionais.

Esta posição dos actores estaduais confirma o argumento segundo o qual o Estado ainda não vê a co-produção como modelo para a produção dos serviços públicos, e, de facto, estes associam-se à comunidade somente para cumprir requisitos legais ou para buscar menor custo dos serviços, no espírito dos autores Silva; Knoll; Moretto Neto (2016). No entanto, a co-produção deve ser percebida como um modelo no qual o poder público e a sociedade actuam em colaboração, tendo em vista resultados que possam beneficiar a comunidade.

CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

5.1. Considerações Finais

A partir do referencial teórico sobre a “co-produção” no escopo da Administração Pública, descrito nesta pesquisa, procurou-se vincular ao conhecimento prático na prestação dos serviços pelo Distrito Municipal KaMaxakeni.

Deste modo, com esta pesquisa buscamos essencialmente analisar a co-produção dos serviços públicos locais na efectividade da recolha e transporte de resíduos Sólidos no distrito Municipal KaMaxakeni 2015-2019. Com base na análise e interpretação dos resultados, consideramos que a co-produção é tanto uma ferramenta quanto um modelo que contribuiu para a efectividade dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM, embora tendencialmente subjectiva à perspectiva da ADMKM.

Em primeiro lugar, para sustentar este desfecho, socorremo-nos do primeiro objectivo, e verificou-se que, tanto a Administração do Distrito Municipal KaMaxaqueni, como os municípios, envolvem-se na co-produção dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos movidos pela criação de uma cidade limpa, enquanto satisfazem necessidades específicas.

Em segundo lugar, examinamos o processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMKM. Deste, constatamos que as duas fases que compreendem o processo são matizadas pelos actores estatais e leigos, porém, as atenções da Administração do Distrito Municipal KaMaxakeni redobram-se nas relações entre actores estatais baseado em arranjos contratuais.

Apesar de estar evidente a maneira clássica da gestão pública, a manifestação do Novo Serviço Público está implícita nos interesses dos actores estaduais, bem como nos dos actores leigos, pela prossecução do interesse público.

Por último, sobre a experiência da co-produção nos serviços públicos, o caso da recolha e transporte de resíduos sólidos no DMKM demonstra ser uma oportunidade não muito bem explorada, ainda que realize a limpeza do distrito.

Assim, o envolvimento de diferentes actores na fase da prestação dos serviços da recolha e transporte de resíduos sólidos foi conduzido a par de uma medida de corte de custos dos SRTRS no Distrito Municipal KaMaxakeni, que, apesar de ter sido comprovada a não capitalização dessa experiência da co-produção, é vista como sendo uma intenção perplexa com consequências para a comunidade.

Tendo em conta estas constatações, confirmamos a hipótese 1, segundo a qual a co-produção dos serviços públicos locais, contribuiu para a efectividade da recolha e transporte de resíduos sólidos no Distrito Municipal de KaMaxakeni, enquanto os actores envolvidos buscam o interesse público ou o bem comum, ao querer participar na recolha e transporte dos resíduos sólidos. Refuta-se, outrossim, a hipótese 0, segundo a qual a co-produção dos serviços públicos locais prejudicou a efectividade da recolha e transporte dos resíduos sólidos no Distrito Municipal Ka Maxakeni, visto que todos os esforços colectivos e processos colaborativos foram apenas medidos para o corte de custos.

A presente pesquisa permitiu subsidiar a relevância do envolvimento dos cidadãos e organizações não estatais na Administração Pública, de modo a transformar espaços públicos. Portanto, os aspectos práticos indicados demonstram que os serviços públicos são arenas de base para o interesse público.

Por outro lado, reconhecemos as limitações da pesquisa, uma vez que, esta não cessa à temática da co-produção dos serviços públicos na administração pública moçambicana. Assim sendo, para além da ampliação da amostra, desenvolver pesquisas do mesmo tema noutros distritos, permitirá ainda abordagens da co-produção em cada fase do ciclo do serviço: *planeamento, desenho, “entrega” e avaliação.*

5.2. Sugestões

Os SRTRS são prestados ao munícipe no seu dia-a-dia. Daí, torna-se um serviço de imagem da governação municipal. Portanto, é fundamental o estabelecimento do valor público nos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos, particularmente os prestados aos agregados familiares. Para o efeito, valem as seguintes sugestões:

- A Administração do Distrito Municipal KaMaxakeni ocupe-se na mobilização da acção humana, para que cada agregado familiar ensaie comportamento cívicos – mudança de foco na prestação dos SRTRS;
- Capacitação de colaboradores das microempresas em matérias de atendimento público e ao cidadão, com vista a torná-los activistas do bairro, e não trabalhadores das microempresas, no sentido de mercado;
- Criação de centros de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos à nível dos bairros municipais. Um espaço físico de partilha entre os actores envolvidos para a

construções de entendimentos de GRSU – este espaço vocacionar-se-ia ao desenvolvimento de estratégias, campanhas e mudanças dos bairros e;

- Criação de plataformas de recolha de dados que têm a ver com a efectividade dos serviços, manuseadas pelas microempresas e agregados familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando Luíz. *Os Avanços e Dilemas do Modelo Pós-Burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente*. in: Bresser Pereira at al. *Reforma Gerencial do Estado e administração pública gerencial*. 5ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ALONSO, José Manuel; ANDREWS, Rhys; CLIFTON, Judith & DIAZ, Daniel. *Factors influencing citizens' co-production of environmental outcomes: a multi-level analysis*. In: *Public Management Review*, p 1620-1645, 2019.

ANDREOLI, Cleverson V.; ANDREOLI, Fabiana de Nadai; TRINDADE, Tamara Vigolo & HOPPEN, Cinthya. *Resíduos Sólidos: origem, classificação e soluções para destinação final adequada*. Coleção Agrinho 534, 2014.

BESLEY, Timohy & GHATAK, Maitreesh. *Reforming Public Service Delivery*. In: *Journal of African Economies*. Volume 16, p. 127 –156, 2007.

BOVAIRD, Tony & Loeffler, Elke. *From Engagement to Co-production: The Contribution of Users and Communities to Outcomes and Public Value*. *Voluntas* 23, p. 1119–1138, 2012.

BOVAIRD, Tony. *Beyond engagement and participation: user and community co-production of public services*. In: *Public Administration Review*, v. 67, p. 846-860, 2007.

BRUDNEY, Jeffrey L. & ENGLAND, Robert E. Toward a definition of the co-production concept. In: *Public Administration Review*, v. 43, p. 59-65, 1983.

DA SILVA, Edna Lúcia & MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis. In: UFSC, p.138, 2005

DA SILVA, Fernando Amorim; KNOLL, Alessandra & NETO, Luis Moretto. *A Coprodução De Serviços na Reciclagem de Resíduos Sólidos: estudo no município de Florianópolis*. In: *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*.v.7, n.3, p. 64-76, 2016.

DE CASTRO, Rodrigo Batista. *Eficácia, Eficiência e Efectividade na Administração Pública*. EnANPAD. 2006.

DE MATTIA, Clenia & ZAPPELLIMI, Marcelo Beckert. *Ética e Coprodução dos Serviços Públicos: uma fundamentação a partir de Habermas*. Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE.BP, 2014.

DE MATTIA, Clenia & ZAPPELLINI, Marcello B. *Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas*. In: *Cadernos EBAPE.BR*, vol. 12, núm. 3, p. 573-589, 2014.

DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Planeamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 20 ed. São Paulo: Atlas. 2005.

DE OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão: UFG, 2011.

DENHARDT, Janet Vinzant. & DENHARDT, Robert B. *The new public service: serving rather than steering*. New York: M. E. Sharpe, 2003.

DENHARDT, Robert B. & DENHARDT, Janet Vinzant. *The New Public Service: Serving Rather Than Steering*. In: *Public Administration Review*. numb.60. p. 549 – 559, 2000.

DENHARDT, Robert. B. *Teorias da administração pública*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DO AMARAL, Diogo Freitas. *Curso de Direito Administrativo*. 3ª ed., Vol. I, 5.ª Reimpressão, Coimbra: Almedina, 2006.

DO AMARAL, Diogo Freitas. *Curso de Direito Administrativo*. 3ª ed., Vol. I, 5.ª Reimpressão, Coimbra: Almedina, 2006.

EIJK, Carla Van & GASCÓ, Mila. Unravelling the Co-Producers: *Who are They and What Motivations do They Have?* In: BRANDSEN, Taco, STEEN, Trui and VERSCHUERE, Bram: *Co-Production and Co-Creation: Engaging Citizens in Public Service*. Taylor & Francis Group, 2018.

FAGUNDES, Helenara & BALLINHAS DE MOURA, Alessandra. *Avaliação de programas e políticas públicas*. In: *Textos & Contextos*, Porto Alegre: vol. 8, núm. 1, p. 89-103, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GRAZIELLI, Faria Zimmer Santos & MICHELINE, Gaia Hoffmann. *Em busca da efetividade na administração pública: proposição de uma metodologia para design e implementação de serviços públicos no município de Florianópolis NAVUS*. In: *Revista de Gestão e Tecnologia*, vol. 6, núm. 1, 2016.

GUAMBE, Egidio. *RÉFORMER L'ADMINISTRATION POUR RENÉGOCIER LA CENTRALITÉ DE L'ÉTAT. Une analyse des municipalités de Beira, Mueda et Quissico (Mozambique)*. 6º cap. Science politique. UNIVERSITÉ DE BORDEAUX, Français, 2016.

JO, Suyeon & NABATCHI, Tina. *Getting Back to Basics: Advancing the Study and Practice of Coproduction*. In: *International Journal of Public Administration*, p. 1101-1108, 2016.

JOSHI, Anuradha e MOORE, Mick. *Institutionalized Co-production. Unorthodox Public Service Delivery in Challenging Environments*. In: *The Journal of Development Studies*, Vol.40, No.4, p 31-49. 2004.

KISER L. Larry, e PERCY L. Stephen. *The Concept of Coproduction and Its Implications for Public Service Delivery*. Indiana University, 1980.

LANGA, José. *Gestão de resíduos sólidos urbanos em Moçambique, responsabilidade de quem?* In: *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 02, n. 10, p. 92-105, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis*. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2007.

_____. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas. 1996.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaro. *Intrudução à Administração*. 5 ed. rev. e ampl. Atlas. São Paulo, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 23ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre. v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOZZATO, Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*. In: RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MUCAVELE, João. *Gestão de resíduos sólidos urbanos em Moçambique: o caso específico do município de Maputo*. Portugal, 2016.

NABATCHI, Tina; SANCINO, Alessandro; e SICILIA, Mariafrancesca. *Varieties of Participation in Public Services: The Who, When, and What of Coproduction*. In: Public Administration Review, n. 77, p. 766-776, 2017.

NADIR JÚNIOR, Amerry Moisés; SALM, José Francisco.; MENEGASSO, Maria Ester. *Estratégias e ações para a implementação do ICMS Ecológico por meio da co-produção do bem público*. In: Revista de Negócios. v. 12, n. 3, p. 62-73, 2007.

NETO, Luis Moretto; SOUZA, Victor Burigo e SALM, Vanessa Marie. *A Coprodução dos Serviços Públicos: modelos e modos de gestão*, In: Revista de Ciência da Administração, Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

OSBORNE, S.; STROKOSCH, Kirsty. *It takes two to tango? Understanding the co-production of public services by integrating the services management and public administration perspectives*. In: British Journal of Management, v. 24, p. 31-47, 2013.

OSBORNE, Stephen. P.; RADNOR, Zoe. & STROKOSCH, Kirsty. *Co-Production and the Co-Creation of Value in Public Services: A suitable case for treatment?* Public Management Review, n.18, p. 639-653, 2016.

PARKS, Roger B.; BAKER, Paula C.; KISER, Larry; OAKERSON, Ronald; OSTROM, Elinor, OSTROM, Vincent, PERCY, Stephen L.; VANDIVORT, Martha B.; WHITAKER, Gordon P. & Rick Wilson. *Consumers as co-producers of public services: some economic and institutional considerations*. In: Policy Studies Journal, v. 9, p. 1001-1011, 1981.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & SPINK, Peter Kevin. *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. 5 ed. Trad. Carolina Andrade, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PESTOFF, Victor. *Co-production, new public governance and third sector social services in Europe*. In: Ciências Sociais Unisinos, vol. 47, n. 1, p. 15-24, São Leopoldo, 2011.

_____. *Citizens and co-production of welfare services*. In: Public Management Review, v. 8, p. 503-519, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano & DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RADNOR, Zoe; OSBORNE, Stephen P.; KINDER, Tony and MUTTON, Jean. *Operationalizing Co-Production in Public Services Delivery: The contribution of service blueprinting*. In: Public Management Review, n. 16, pp. 402-423, 2014.

RICHARDSON, Robert Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, Arlindo Carvalho; SPANIOL, Enio Luiz; SCHOMMER, Paula Chies; DE SOUSA, Alessandra Debone. *Coprodução do controle como bem público essencial à accountability*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SALM, José Francisco e MENEGASSO, Maria Ester. *Proposta de Modelos para a Coprodução do Bem Público a partir das Tipologias de Participação*. Rio de Janeiro: ANAPAD, 2010.

SECCHI, Leonardo. *Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública*. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: RAP, p.347-69, 2009.

SEGALA, Karim; OPRESSA, Izidine & PALALANE, Jaime. *Urbanização e Desenvolvimento municipal em moçambique capítulo: gestão de resíduos sólidos*. IBAM, 2008.

SICILIA, Mariafrancesca; GUARINI, Enrico; SANCINO, Alessandro; ANDREANI, Martino & RUFFINI, Renato. *Public services management and co-production in multi-level governance settings*, In: International Review of Administrative Sciences, Vol. 82 p. 8–27, 2016.

SILVA, Pâmela Souza. A. & DE ALMEIDA, Mauro Vieira. Módulo Didático. *Lixo, saúde e ambiente*. Educação Ambiental Centro de Referência Virtual do Professor - SEE-MG, 2010.

TAVARES, Fernanda Gláucia; TAVARES, Heloany Suelen. *Resíduos sólidos domiciliares e seus impactos socio ambientais na área urbana de Macapá-Ap*. Macapá, 2014.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VOORBERG, William & BEKKERS, V. & TUMMERS, Lars. *A Systematic Review of Co-Creation and Co-Production: Embarking on the Social Innovation Journey*. In: Public Management Review. 2014.

Sites da Internet

- <https://www.dw.com/pt-002/lixo-em-maputo-%C3%A9-culpa-de-todos-diz-munic%C3%ADpio/a-18225046>
- https://www.agrinho.com.br/site/wpcontent/uploads/2014/09/32_Residuos_solidos.pdf
- <https://www.researchgate.net/profile/Amery-Nadir-Junior/publication/267425996,Blumenau/SC>,
- <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9309-6>

Legislação

MUNICÍPIO DE MAPUTO. Assembleia Municipal. Resolução nº 50/AM/2010 de 15 de Dezembro. Aprova o Estatuto Orgânico dos serviços Técnicos e Administrativos do Município de Maputo e o quadro de pessoal. 2010.

MUNICÍPIO DE MAPUTO. Assembleia Municipal. Resolução nº 85/AM/2008 de 22 de Maio. Aprova o Plano Director para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da Cidade de Maputo.2008.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei 2/97 de 18 de Fevereiro. Aprova a Lei das Autarquias Locais. BR nº 7. I Série.1997.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei n.º 11/97 de 31 de Maio. Definir e estabelecer o regime jurídico legal das finanças e do património das autarquias. BR nº 7. I Série. 1997.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei no 20/97 de 1 de Outubro. Aprova a Lei do Ambiente. BR nº 40. I Série. 1997.

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. Decreto n.º 8/2003, de 18 de Fevereiro. Aprova o Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Biomédicos. BR nº 7. I Série. 2003.

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. Decreto n.º 13/2006, de 15 de Junho. Aprova o Regulamento sobre Gestão de Resíduos Sólidos. BR nº 24. I Série. 2006.

APÊNDICES

Lista dos Entrevistados

Nome	Instituição	Cargo	Data
Senhor João M. Gamito	Matique Mult-Servic LDA	Gestor	16 de Julho de 2021
Senhores Paulino Uaiene	UGSM LDA	Gestor	19 de Julho de 2021
Senhor Ricardo	ADMKM	Técnico do Departamento de Serviços	22 de Julho de 2021
Senhora Esperança A. Nguenha	Tchova Ngolovene	Gestora	22 de Julho de 2021
Senhor Vitorino A. Xirinda	Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos da DMASCM	Técnico Profissional	25 de Agosto de 2021
Senhora Florência Martins	Repartição de Remoção Pública da DMASCM	Chefe de Repartição	14 de Agosto de 2021
Senhora Vânia Mugabe	Repartição de Educação Ambiental	Técnica Profissional	14 de Agosto de 2021
Senhor Januário	UGSM LDA	Supervisor	6 de Setembro de 2021
Senhor Nelson R. Ngovene	Enviroserv	Supervisor Logístico	13 de Setembro de 2021
Senhora Luisa Siteo	Belma Serviços LDA	Gestora	24 de Setembro de 2021
Senhor Euclídio Nhantungo	FINE Serviços e Consultoria	Gestores	21 de Setembro de 2021

01. Guião de entrevista para instâncias municipais de Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos

I

1. Nome do entrevistado e a função que desempenha nessa Instituição?

II

Pretende-se identificar as motivações das instituições que moldam a recolha e transporte de resíduos sólidos no DMK.

1. O que motiva o município para a recolha e transporte de resíduos sólidos?
2. Quais são as entidades envolvidas no processo de recolha e transporte de resíduos sólidos?
3. Qual é o interesse do envolvimento dessas entidades?
4. De que forma os actores envolvidos no processo de recolha e transporte de resíduos sólidos tem contribuído para a continuidade desses serviços?
5. De que forma a contribuição dos actores envolvidos motiva o município na recolha e transporte dos resíduos sólidos?

III

O objectivo é perceber o processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos no DMK.

1. Como é que tem ocorrido o processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos?
2. Qual tem sido a responsabilidade do município nesse processo?
3. Quais são os constrangimentos encontrados nesse processo?
4. Qual é a partilha de responsabilidades entre os actores envolvidos no processo?
5. Quais são as responsabilidades do município nesse processo e em que medida essas funções são materializadas?

IV

Queremos captar as experiências dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos no DMK.

1. Que melhorias foram alcançadas no processo de recolha e transporte dos resíduos sólidos?

2. Que mudanças ou transformações resultam em torno dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos?
3. A qualidade dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos é aquela que se esperava? Se não, porque?
4. Que inovações o município trouxe para a transformação dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos?
5. Como avalia a colaboração entre o município e as outras entidades no processo de recolha e transporte de resíduos sólidos?

02. Questionário Dirigido aos Moradores do Distrito Municipal de KaMaxakeni

O presente questionário está inserido no âmbito do Trabalho Académico de Licenciatura em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane, cujo tema da pesquisa é: **Análise da Co-Produção dos Serviços Públicos Locais na Efectividade da Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no Distrito Municipal de KaMaxaqueni (2015 – 2019)**. Asseguro que, tudo quanto for dito serve unicamente para engrandecer o trabalho e trazer uma mais-valia para fins meramente académicos. O que significa que serão observados aspectos éticos como forma de garantir a confidencialidade, a dignidade, liberdade bem como a integridade dos entrevistados e sem se basear das respostas para colocar em causa a sua dignidade ou o bom nome dos entrevistados.

I

Características sociodemográficas dos inquiridos

1. Género

Masculino

Feminino

2. Anos de moradia no Distrito Municipal de KaMaxakeni

2 a 5 anos

5 a 6 anos

6 a 10 anos

10 a 15 anos

15 ou mais

3. Nível de escolaridade

Básico

Médio

Superior

II

A limpeza da Cidade de Maputo é feita pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo pelo Serviço de Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos.

1. Qual é sua a sua avaliação sobre os serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos no Distrito Municipal de KaMaxaqueni?

Muito Boa Boa Mau Muto Mau

2. Como residente desse Distrito, sente-se satisfeito com os serviços de Recolha e Transporte do Lixo?

a) Sim b) Não

3. Possui cestos, saco ou lixeira em sua residência para colecta ou deposição do lixo?

Sim Não

4. Nos arredores da sua casa, existe lixo?

Sim Não

5. Qual destino é dado ao lixo produzido na sua casa?

Colectado Queimado Enterrado Outro destino

6. Com que frequência é recolhido o lixo na sua casa?

- a. Todos os dias;
- b. Em cada dois dias;
- c. Em cada três dias;
- d. Em cada quatro dias;
- e. Irregularmente.

7. Com que frequência é recolhido o lixo do contentor mais próximo?

- a. Todos os dias;
- b. Em cada dois dias;

- c. Em cada três dias;
- d. Em cada quatro dias;
- e. Irregularmente.

III

1. Tem o hábito de fazer recolha ou colecta do lixo?
 - a. Sim
 - b. Não

2. Onde lhe é recorrente fazer a recolha ou colecta do lixo?
 - c. Apenas na minha casa
 - d. Na minha casa e nas ruas
 - e. Apenas nas ruas

3. Marque suas motivações para recolher e transportar o lixo de casa ou via pública para *tchova* de lixo, contentor de lixo ou lixeira:
 - a. Limpar a casa
 - b. Dever cívico
 - c. Ajudar o conselho municipal
 - d. Limpar a cidade

4. O envolvimento do cidadão pode ajudar a melhorar a prestação dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos.
 - a. Ajuda a melhorar parcialmente
 - b. Ajuda a melhorar em grande medida
 - c. Pouco ajuda a melhorar
 - d. Não ajuda a melhorar

3.1. Argumente sua escolha.

5. De quem é a responsabilidade de recolher ou colectar o lixo:
 - a. Exclusivamente do município, eu não posso limpar

- b. O município tem de limpar a cidade, e eu tenho de auxiliar
 - c. É minha responsabilidade, mas o município deve auxiliar
 - d. É nossa responsabilidade, eu e o município juntos
6. Alguma vez participou na recolha ou colecta do lixo da sua rua ou quarteirão?
- a. Sim
 - b. Não
- 6.1. Se sim, quem foi o promotor?
- a. Iniciativa dos residentes do bairro
 - b. Iniciativa do Município
 - c. Iniciativa de uma empresa
 - d. Iniciativa de uma Associação
 - e. Iniciativa de uma organização não do governo
 - f. Iniciativa do partido político
- 6.2. Qual foi o motivo que o levou a participar?
- a. Fui obrigado a participar
 - b. Era membro da Associação, organização ou do partido político
 - c. Influência de amigos, familiares
 - d. Dever cívico
 - e. Era residente

ANEXOS

TABELA 4: Tipos de Co-produção dos serviços públicos

		Fases do Ciclo de Serviços			
		Co-Planeamento	Co-Desenho	Co-Entrega	Co-avaliação
Nível de Coprodução	Individual	Um médico e um paciente trabalham juntos para identificar e priorizar problemas de saúde.	Um médico e um paciente trabalham juntos para desenvolver uma estratégia ou plano para listar necessidades de saúde.	Um médico e um paciente trabalham juntos para o implemento da dieta, exercícios, ou outras atividades para atingir saúde precisa.	Um médico e um paciente avaliam a eficácia do plano e o grau da melhoria de saúde
	Grupal	Funcionários da escola e professores trabalham com um grupo de pais que têm crianças com necessidades especiais para identificar desafios e oportunidades em Serviços de educação.	Funcionários da escola e professores trabalham com grupo de pais que têm crianças com necessidades especiais para projecto de atividades educacionais baseadas na experiência dos parentes e melhor prática.	Funcionários da escola e professores trabalham com um grupo de pais quem têm crianças com necessidades especiais para fornecer em sala de aula atividades educacionais e extra-curriculares.	Funcionários da escola e professores trabalham com um grupo de pais que tem crianças com necessidades especiais para a avaliação do fornecimento de serviços.
	Colectiva	Departamentos de Parques locais Convoca cidadãos para identificar e priorizar o desejo recreativo e oportunidades em uma comunidade.	Departamentos de Parques locais funcionam com cidadãos para projectar uma série de rotas de bicicleta em toda a comunidade.	Departamentos de Parques locais funcionam com cidadãos para construir e manter as rotas de bicicleta em toda a comunidade.	Departamentos de Parques locais funcionam com cidadãos para avaliar a segurança e qualidade de rotas de bicicletas em toda a comunidade.



MUNICÍPIO DE MAPUTO
CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO MUNICIPAL KAMAXAKENI

CREDENCIAL

É devidamente credenciado o Senhor **Rafael Eugénio Chibamo**, estudante de 4º ano de curso de licenciatura em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane, para realizar um trabalho de recolha de dados subordinado ao tema Análise da CO – Produção dos Serviços Públicos locais na efectividade de recolha e transporte dos resíduos sólidos.

Maputo, 15 de Julho de 2021

O Chefe do Departamento de Administração, Recursos Humanos e Finanças,


Alexandre Domingos Sonto



MUNICIPIO DE MAPUTO

CONSELHO MUNICIPAL
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE AMBIENTE E SALUBRIDADE

CREDECIAL

Está devidamente credenciado para se apresentar na **EnviroServ**, o Senhor **Rafael Eugénio Chibamo**, estudante do curso de Licenciatura em Administração Pública – Faculdade de Ciências Sociais, para recolha de dados subordinados ao tema: Análise da Co-Produção dos Serviços Públicos Locais na Melhoria da Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos.

Maputo, aos 24 de Agosto de 2021

O Director,

/Domingos Paulo Chivambo/

Téc. Sup. N.º



MUNICÍPIO DE MAPUTO

CONSELHO MUNICIPAL
PELOURO DE DESCENTRALIZAÇÃO, BOA GOVERNAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DIRECÇÃO DE SERVIÇO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Guia de Apresentação N.º 129 /DMRH/2021

Pela presente, segue a apresentar-se na Direcção do Serviço Municipal de Ambiente e Salubridade, o Senhor **Rafael Eugénio Chibamo**, estudante do curso de Licenciatura em Administração Pública, na Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Ciências e Ciências Sociais, para a recolha de dados subordinados ao tema: **Análise da Co-Produção dos Serviços Públicos Locais na Melhoria da Recolha e Transportes de Resíduos Sólidos**, autorizada por Despacho datado de 17 de Agosto de 2021, da Exma. Senhora Vereadora do Pelouro de Descentralização, Boa Governação e Recursos Humanos.

Direcção de Serviço Municipal de Recursos Humanos, aos de Agosto de 2021

Cordiais Saudações


Director,
Prof. Doutor Octávio Manuel de Jesus
/Especialista em Educação/

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO	
Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade	
N.º de Estrada.....	
Data.....	27 08 2021
Código Class.....	
O Funcionário.....	Ara



MUNICIPIO DE MAPUTO

CONSELHO MUNICIPAL
PELOURO DE DESCENTRALIZAÇÃO, BOA GOVERNAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DIRECÇÃO DE SERVIÇO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Exmo. Senhor
Doutor Marlino Mubai
Director da Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

2942/SG/1.12/DPDRH/2021 Cod.Class.024.1

26/8 /2021

Assunto: Pedido de Recolha de dados.

1. Pela presente comunica-se que por despacho de **17 de Agosto de 2021**, da Exma. Senhora Vereadora do Pelouro de Descentralização, Boa Governação e Recursos Humanos foi autorizado o pedido de recolha de dados subordinada ao Tema: **Análise da Co-Produção dos Serviços Públicos Locais na Melhoria da Recolha de Transportes de Resíduos Sólidos**, a ser realizada pelo senhor, **Rafael Eugénio Chibamo** estudante do curso de Licenciatura em Administração Pública.
2. Assim, o estudante deverá entrar em contacto com o Departamento de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, para procedimentos administrativos subsequentes.

Com os melhores cumprimentos



Prof. Doutor Octávio Manuel de Jesus
/Especialista em Educação/

Shm.20.08.2021

Praça da Independência Tel nº +258 (1) 320047 Fax nº+258 (1) 320053 Caixa postal 251

MAPA DAS ROTAS KAMAXAQUE

DATA: 6/9/2021

Dia: Segunda feira



ENVIOSERY
SERVIÇOS DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA

ROTAS: RORO

Nº. do Camião: C3018

Matrícula

Matrícula

No. Bin	Localização	Bairro	Distrito	Volumes de Bin	Tipo de serviço	Chegada ao Bin	Bin no Camião	Chegada a lictria	Saída da lictria	Massa	Assinatura do Op. da Bascula	Assinatura do Motorista	Numero do contentor
1	Mercado Carrimbo	Maxaquene	Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
2	Rua da Resistencia	Maxaquene	Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
3	AV. Angola KIA	Urbaniza	KaMaxaquen	12m3	Substituicao								
4			Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
5			Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
6			Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
7			Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
8			Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
9			Ka Maxaq	12m3	Substituicao								
10			Ka Maxaq	12m3	Substituicao								

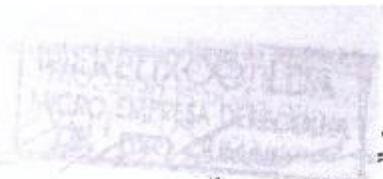
Horas do motor inicial	
Horas do motor final	
Total dos Bins levantados	
Total dos Bins nao levantados	

Bin Iniciais	
Bin Finais	
Bin total	
Diferec	

Hora de saída no parque	
Hora de entrada no parque	

NOTA:

Carl



Visto e parecer do secretário do Bairro

A RETROÇÃO DO LIXO DEPOSITADO EM PLÁSTICOS, BEM COMO RESÍDUOS SÓLIDOS, NOS BECOS E NAS RUAS, E EDUCAÇÃO AOS MORADORES!

A SECRETARIA DO BAIRRO, ELOGIA O BOM TRABALHO E CONTINUIDADE

Data *18/III/2020*

Assinatura do secretário do Bairro



Parecer da administração	
Parecer do chefe de serviços	Parecer do vereador do Distrito
<p><i>Prestar atenção, na eliminação de lixeiras clandestinas que aparecem na entrada de rua Ndembala, ao lado dos prédios.</i></p> <p><i>17.03.2020</i></p> <p><i>Bento Mandinga</i></p>	<p><i>Houve problema de recolha de Contêineres para</i></p> <p><i>Marcelino Santos</i></p>  <p><i>17.03.2020</i></p>

MERELIXOC LDA

1.2 Recolha e Transporte

Nota: Formula de Calculo de Quantidades recolhidas = número de carradas * peso de tchovas

Daa	Nº de Carradas Zona A	Nº de Carradas Zona B	Nº de carradas zona C	Nº Total de carradas	Peso do tchova	Quantidade de RSU recolhido	Observações - Constragimentos
16/02/20							
17/02/20	35						Domingo
18/02/20		26					
19/02/20			35				
20/02/20	30						
21/02/20		20					
22/02/20			31				
23/02/20							
24/02/20	33						Domingo
25/02/20		26					
26/02/20			36				
27/02/20							
28/02/20							Contentores não removidos
29/02/20							Contentores não removidos
01/03/20							Jornada de limpeza
02/03/20							Domingo
03/03/20							Contentores não removido
04/03/20							Contentores não removidos
05/03/20	32						Contentores não removidos
06/03/20		22					
07/03/20			30				
08/03/20							
09/03/20	34						Domingo
10/03/20		20					
11/03/20			32				
12/03/20	30						
13/03/20		20					
14/03/20			33				
15/03/20							
00/00/00							Domingo
00/00/00							
Total	162	134	197	493X	250 kg	123.250KG	

1.3 Situação dos contentores (remoção e Limpeza em volta dos contentores)

Semanas	Local Zanza e Major Teixeira pinto	Limpeza em volta dos contentores		Recolha dos contentores pelo CMM/ou privado		Constrangimentos Nenhum.
		Sim	Não	Sim	Não	
Semana1		X		X		
Semana2		X		X		
Semana3		X		X		
Semana4		X		X		

1.4 Educação Cívica

Houve Campanhas de educação cívica	Sim	Não	
Se sim, descreva (data, duração, quem realizou, resultados)			
Foi Solicitada a sua colaboração	Sim	Não	Quem solicitou?
Observação			

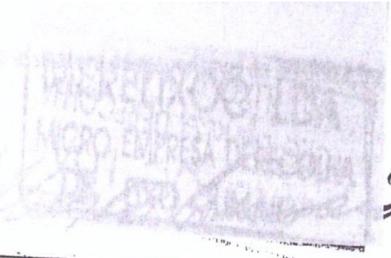
1.5 Infracções

Situação das lixeiras informais - Descreva	Medidas Tomadas
Número de trabalhadores por rota	Medidas Tomadas
Falta de serviço ou serviço incompleto	Medidas Tomadas

1.6 Reclamação dos Municípes

Tipo de Reclamações	Data	Medidas Tomadas

Cari



Visto e parecer do secretário do Bairro

A RECOLEÇÃO DO LIXO DEPOSITADO EM PLÁSTICOS, COMO RESÍDUOS SÓLIDOS, NOS BARRIOS E NAS RUAS, E EDUCAÇÃO AOS MUNICÍPIOS:

A SECRETARIA DO BAIRRO, ELOGIA O BOM TRABALHO E CONTINUIDADE.

Data: 18/III/2020

Assinatura do secretário do Bairro

Parecer da administração	
Parecer do chefe de serviços	Parecer do vereador do Distrito
<p>Restar atencas, a eliminação de lixeiras e lixeirões que aparecem na entrada de rua, Alameda, ao lado dos prédios.</p> <p>19.03.2020</p> <p>Bento Manduca</p>	<p>Houve dificuldade de recolha de Contêineres para Marcelino Santos</p> <p>19.03.2020</p>